



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

PERFIL DO DISTRITO DO CHEMBA PROVÍNCIA DE SOFALA



Edição 2005

A informação incluída nesta publicação provém de fontes consideradas fiáveis e tem uma natureza informativa, não constituindo parecer profissional sobre a estratégia de desenvolvimento local. As suas conclusões não são válidas em todas as circunstâncias. Noutros casos, deverá ser solicitada opinião específica ao Ministério da Administração Estatal ou à firma MÉTIER - Consultoria & Desenvolvimento, Lda.

Série: Perfis Distritais

Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal

Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local

Copyright © 2005 Ministério da Administração Estatal.

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda

Um resumo desta publicação está disponível na Internet em: <http://www.metier.co.mz>

Índice

Prefácio	v
Siglas e Abreviaturas	vii
MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO	viii
1 Breve Caracterização do Distrito	2
1.1 Localização, Superfície e População	2
1.2 Clima, Relevo, Solos e Hidrografia	2
1.3 Infra-estruturas	4
1.4 Economia e Serviços	5
2 História, Política e Sociedade	8
3 Demografia	9
3.1 Estrutura etária e por sexo	9
3.2 Traço sociológico	9
3.3 Línguas faladas	10
3.4 Analfabetismo e Escolarização	10
4 Habitação e Condições de Vida	11
5 Organização Administrativa e Governação	13
5.1 Governo Distrital	13
5.2 Reforma do sector público	16
5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais	16
5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural	16
5.3.2 Obras Públicas e Habitação	18
5.3.3 Comércio	18
5.3.4 Educação e Saúde	19
5.3.5 Cultura, Juventude e Desporto	19
5.3.6 Mulher e Coordenação da Acção Social	19
5.3.7 Justiça, Ordem e Segurança pública	20
5.4 Finanças Públicas	21
5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital	22
5.6 Participação comunitária	23
5.7 Apoio externo	24
6 Posse e Uso da Terra	25
6.1 Posse da terra	25
6.2 Trabalho agrícola	26
6.3 Utilização económica do solo	26
6.3.1 Agricultura	26
6.3.2 Pecuária e Avicultura	27

6.3.3	Produção não agrícola	27
7	Educação	28
8	Saúde e Acção Social	31
8.1	Cuidados de saúde e quadro epidémico	31
8.2	Acção Social	32
9	Género	34
9.1	Educação	34
9.2	Actividade económica e exploração da terra	35
9.3	Governança	36
10	Actividade Económica	37
10.1	População economicamente activa	37
10.2	Orçamento familiar	38
10.3	Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência	39
10.4	Infra-estruturas de base	40
10.5	Agricultura e Desenvolvimento Rural	42
10.5.1	Zonas agro-ecológicas	42
10.5.2	Infra-estruturas e equipamento	43
10.5.3	Produção agrícola e sistemas de cultivo	44
10.5.4	Pecuária	45
10.5.5	Pescas, Florestas e Fauna bravia	45
10.6	Indústria, Comércio e Serviços	45
	Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Chemba	47
	Documentação consultada	48

Lista de tabelas

TABELA 1:	População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005	9
TABELA 2:	Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico	9
TABELA 3:	População, segundo o estado civil e a crença religiosa	10
TABELA 4:	População, consoante o conhecimento de Português	10
TABELA 5:	População, por condição de alfabetização, 1997	10
TABELA 6:	Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida	11
TABELA 7:	Programas de acção social, 2000-2003	20
TABELA 8:	População, por condição de frequência escolar	28
TABELA 9:	População, por nível de ensino que frequenta	29
TABELA 10:	População, por nível de ensino concluído	29
TABELA 11:	Escolas, alunos e professores, 2003	30
TABELA 12:	Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003	31
TABELA 13:	Indicadores de cuidados de saúde, 2003	31

TABELA 14:	População, por condição de orfandade, 1997	32
TABELA 15:	População deficiente, por idade e residência, 1997	32
TABELA 16:	Programas de acção social, 2000-2003	33
TABELA 17:	População activa, por ramo de actividade, 2005	38
TABELA 18:	Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003	44

Lista de figuras

FIGURA 1:	Famílias, por condições básicas de vida.....	11
FIGURA 2:	Habitações, por tipo de materiais usados	12
FIGURA 3:	Habitações, por tipo de acesso a água.....	12
FIGURA 4:	Estrutura do orçamento distrital, 2004	21
FIGURA 5:	Estrutura de base da exploração agrária da terra	26
FIGURA 6:	N.º de explorações e área, por culturas principais.....	27
FIGURA 7:	População, por nível de ensino que frequenta.....	28
FIGURA 8:	Quadro epidémico, 2003.....	32
FIGURA 9:	Indicadores de escolaridade, por sexos	34
FIGURA 10:	Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado.....	35
FIGURA 11:	População activa, por ramo de actividade, 2005.....	37
FIGURA 12:	Consumo médio familiar, por grupo de produtos e serviços	38
FIGURA 13:	Distribuição das famílias, por rendimento mensal	39



Prefácio



Com 800 mil km² de superfície e uma população de 19,5 milhões de habitantes, Moçambique inicia o séc. XXI, com exigências inadiáveis de engajamento de todos os níveis da sociedade e dos vários intervenientes institucionais e parceiros de cooperação, num esforço conjugado de combate à pobreza e desigualdade e de promoção do desenvolvimento económico e social do País.

Efectivamente, alcançar estes propósitos, num contexto de interdependência dos objectivos de reconstrução e desenvolvimento com os do crescimento, requer o empenho de todos os sectores, grupos e comunidades da sociedade moçambicana.

Na esfera da governação, esta exigência abrange todos os níveis territoriais e cada uma das instituições públicas, estando a respectiva política do Governo enunciada nos preceitos Constitucionais sobre a Descentralização e a Reforma do Sector Público.

A Lei dos Órgãos Locais, n.º 8/2003 de 27 de Março, ao estabelecer os novos princípios e normas de organização, competências e de funcionamento destes órgãos nos escalões de província, distrito, posto administrativo e localidade, dotou o processo de um novo quadro jurídico que reforça e operacionaliza a importância estratégica da governação local.

Neste contexto, o *Distrito* é um conceito territorial e administrativo essencial à programação da actividade económica e social e à coordenação das intervenções das instituições nacionais e internacionais. Avaliar o potencial distrital e o seu grau de sustentabilidade, bem como o nível de ajustamento do respectivo aparelho administrativo e técnico às necessidades do desenvolvimento local, é, pois, um passo primordial.

É, neste contexto, que o Ministério da Administração Estatal elaborou e procede à publicação dos Perfis dos 128 Distritos de Moçambique.

Fá-lo, numa abordagem integrada com o processo de fortalecimento da gestão e planificação locais, proporcionando – para cada distrito, no período que medeia 2000 a 2004 – uma avaliação detalhada do grau local de desenvolvimento humano, económico e social.

Estamos certos que este produto, apetrechará as várias Instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, com um conhecimento de todo o país, que potencia o prosseguimento coordenado das acções de combate à pobreza em Moçambique.



República de Moçambique
Ministério da Administração Estatal

Efectivamente, entendemos os Perfis Distritais como um contributo para um processo de gestão que integra, por um lado, os aspectos organizacionais e de competências distritais e, por outro, as questões decorrentes do desenvolvimento e da descentralização nas áreas da planificação e da afectação e gestão dos recursos públicos.

A presidir à definição do seu conteúdo e estrutura, está subjacente a intenção de fortalecer um ambiente de governação:

- dominado pela visão estratégica local e participação comunitária;
- promotor da gradual implementação de modelos de negócio da administração distrital ajustados às prioridades da região, ao quadro de desconcentração de competências e ao sistema de afectação de recursos públicos; e
- integrado em processos de apropriação local na decisão e responsabilização na execução.

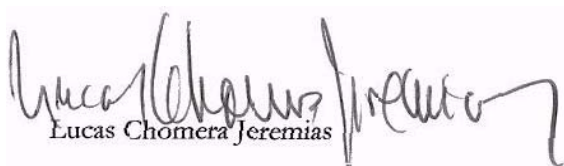
Para a sua elaboração, foram preciosos os contributos recebidos de várias instituições ao nível central e local, de que destacamos, todos os Governos Provinciais e Distritais, o Instituto Nacional de Estatística, o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde.

A todos os intervenientes e, em particular aos Administradores de Distrito, que estas publicações sejam consideradas como um gesto de agradecimento e devolução. Uma menção de apreço, ainda, ao grupo MÉTIER, Consultoria e Desenvolvimento, pela assistência técnica prestada na análise da vasta informação recolhida.

A finalizar, referir que a publicação destes Perfis insere-se num esforço continuado, por parte do Ministério da Administração Estatal e da sua Direcção Nacional de Administração Local, de monitoria do desenvolvimento institucional da administração pública local e do seu gradual ajustamento às exigências do desenvolvimento e crescimento em Moçambique.

Entusiasmamos, pois, todas as contribuições e comentários que possam fazer chegar a essa Direcção Nacional, no sentido de melhorar e enriquecer o conteúdo futuro dos Perfis.

Maputo, 25 de Setembro de 2005.



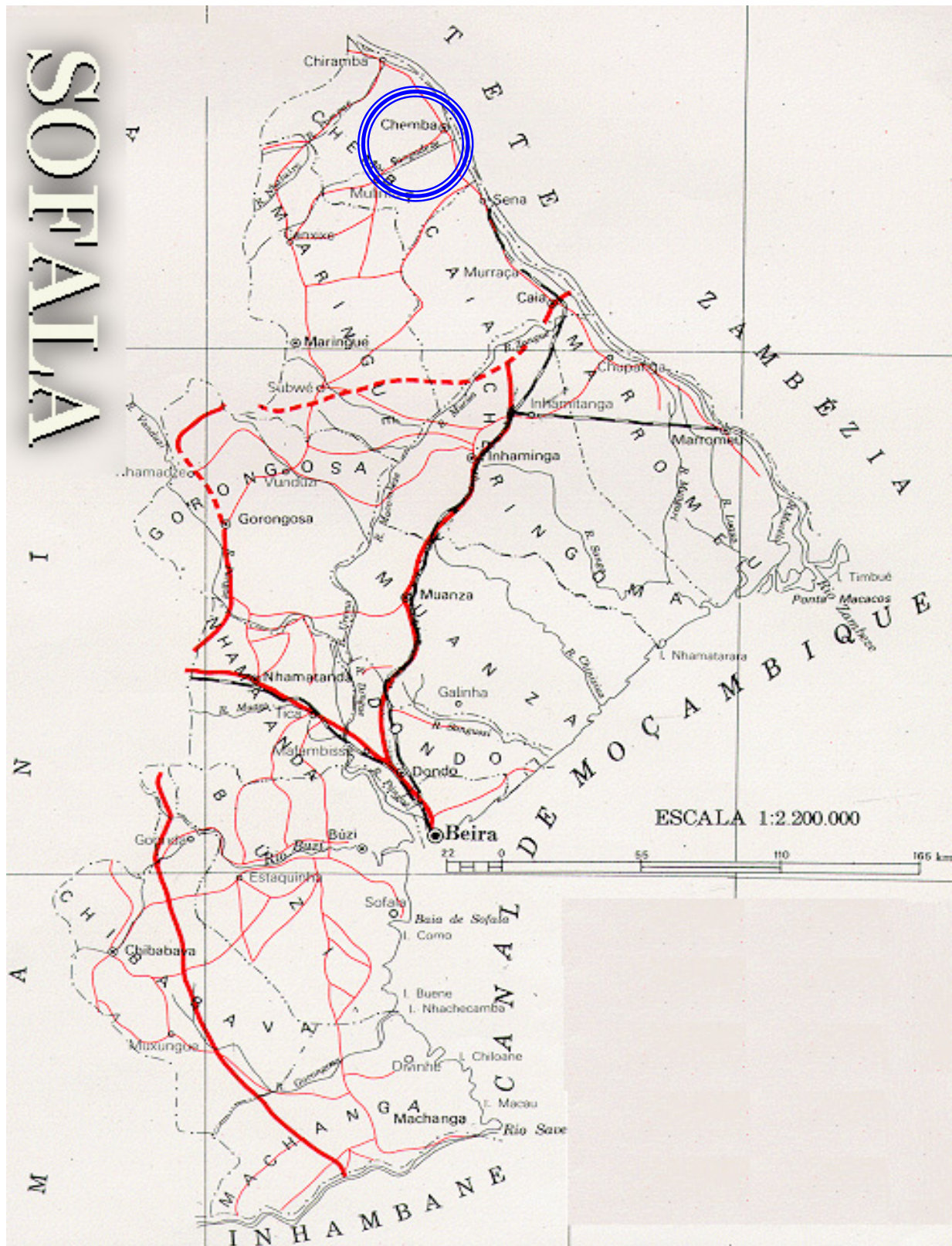
Lucas Chómera Jeremias

Ministro da Administração Estatal

Siglas e Abreviaturas

AD	Administração Distrital
DDADR	Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DDMCAS	Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social
DNAL	Direcção Nacional da Administração Local
DNPO	Direcção Nacional do Plano e Orçamento
EDM	Electricidade de Moçambique
EN	Estrada Nacional
IAF	Inquérito aos agregados familiares, sobre o orçamento familiar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRDF	Inquérito às receitas e despesas das famílias
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPF	Ministério do Plano e Finanças
PA	Posto Administrativo
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM	Polícia da República de Moçambique
TDM	Telecomunicações de Moçambique
PSAA	Pequeno Sistema de Abastecimento de Água

MAPA DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO DISTRITO



1 Breve Caracterização do Distrito

1.1 Localização, Superfície e População

O distrito de Chemba está situado no extremo norte da província de Sofala, e é limitado a Norte pelo Rio Zambeze, a Oeste pelo distrito de Tambara (província de Manica), a Sul pelo distrito de Maríngué e a Este pelo distrito de Caia.

Com uma superfície de 3.998 km² e uma população recenseada em 1997 de 49.634 habitantes e estimada à data de 1/1/2005 em 62.278 habitantes, o distrito de Chemba tem uma densidade populacional de 15,7 hab/km².

A relação de dependência económica potencial é de aproximadamente 1:0,9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

A população é jovem (48%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 46%) e o distrito tem uma matriz marcadamente rural.

1.2 Clima, Relevo, Solos e Hidrografia



O distrito de Chemba é classificado do ponto de vista climático por dois tipos de clima, cujo limite ocorre sensivelmente acima da vila de Chemba, atravessando o distrito no sentido Este-Oeste, de características sub-áridas na região sul e central e, sub-árido a árido na região norte do distrito.

As estações climáticas obedecem ao padrão geral de outras regiões sendo possível diferenciar a estação de chuvas, quente e húmida, que se estende de Novembro a Março, com temperaturas altas. A estação seca estende-se por um período de 6 meses, de Abril/Maio até ao início da estação chuvosa e é caracterizado pela seca quase completa ou precipitação insignificante. O período de transição é variável e fracamente definido, podendo ser considerado como o final das chuvas e o começo da estação seca e de temperaturas mais frescas.

A precipitação média anual no distrito varia de 715 mm junto ao Zambeze, diminuindo em direcção ao interior, de características mais áridas, rondando os 650 mm de chuva. Aliás, a

precipitação tende a decrescer do litoral para o interior e das zonas altas para os vales. Como resultado das características climáticas dominantes, dos solos e produção agrícola de sequeiro, a irrigação constitui um aspecto importante no desenvolvimento das planícies de inundação ao longo do Zambeze.

Em termos geomorfológicos e relevo, o distrito é caracterizado pela presença de três unidades de terreno principais, associadas a primeira à planície aluvionar quaternária do Zambeze, representada pelo vale do rio M'Sangadze, afluente do Zambeze, a segunda aos resíduos da superfície do Limpopo, e a terceira à superfície truncada do Limpopo sobre rochas cretácicas e terciárias.

O relevo na primeira unidade é limitado pela classe dos 0-100 m, enquanto as restantes são representadas pela classe de altitude dos 100 aos 300 m. Estas duas formações são características das superfícies de erosão, compreendendo uma série de pediplanícies, a última das quais não se conseguindo distinguir dos terraços altos do Zambeze.

A primeira formação em termos fisiográficos é plana a quase plana, representando a planície de inundação do Zambeze, onde ocorrem solos argilosos, não consolidados, associados localmente a uma camada de coluvião arenosa, das bancadas, muitas vezes com numerosas camadas contrastantes, i.e. estratificação nítida.

As planícies vastas mais depressionadas são ocupadas por solos de textura mais argilosa, com argilas expansíveis, características dos vertissolos, fracamente hidromórficos. Os resíduos da superfície do Limpopo estão associados a uma paisagem dissecada, suavemente ondulada, com vales incisivos, cavados. A catena de solos em áreas com solos de textura grosseira possui solos vermelhos arenosos à superfície sobre um subsolo franco-argilo-arenoso amarelo.

Nos declives inferiores ocorrem solos pardo-acinzentados arenosos, muitas vezes desenvolvidos em coluvião assente em aluvião. Nas partes mais baixas e encostas inferiores ocorrem solos de textura média fracamente hidromórficos. Ocorrem ainda localmente solos delgados em terrenos mais dissecados.

¹ Direcção Nacional de Terras CADASTRO NACIONAL DE TERRAS <http://www.dinageca.gov.mz/dnt/>

1.3 Infra-estruturas

O distrito de Chemba possui 324 Km de estradas classificadas regionais que beneficiaram de obras de reabilitação, necessitando porém de atenção permanente.

O distrito conta com um operador de transportes semi-colectivos de longo curso e várias carrinhas privadas que também fazem o transporte de cargas e passageiros, minimizando assim a procura ao nível do distrito.

No distrito existe uma cabina telefónica pública pertença das TDM, que é gerida pela Administração do Distrito. Em geral só funcionam as comunicações via rádio.

No distrito existe um pequeno sistema de abastecimento de água e 4 fontenários públicos, além do sistema de canalização existente nas residências que pertencem às instituições públicas (Saúde, Educação, Administração, etc.). Nos PA's e Localidades existem apenas furos e poços.

Ao nível de todo o distrito existem 51 fontes de água e um pequeno sistema de captação e tratamento de água na Vila sede do distrito, a precisar de reabilitação. Das 51 fontes de água existentes, 45 estão operacionais e 6 avariadas, sendo a percentagem de cobertura de 57%.

É de salientar que o principal problema no abastecimento de água é o factor salinidade, pois grande parte dos furos e poços já abertos apresentam água salobre e, por conseguinte, imprópria para consumo.

De acordo com os dados do Censo de 1997, menos de 1% da população total do distrito é que tem acesso a luz eléctrica. No distrito não existem bombas de abastecimento de combustível. Nos PA's não existe energia, apenas os Postos de Saúde recebem energia através de painéis solares que só conseguem alimentar um número reduzido de lâmpadas.

O distrito de Chemba possui 46 escolas (das quais, 43 do ensino primário nível 1), e está servido por 8 unidades sanitárias, que possibilitam o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de a um nível bastante insuficiente como se conclui dos seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 12.500 pessoas;
- Uma cama por 1.400 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.600 residentes no distrito.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

1.4 Economia e Serviços

Chemba é um distrito muito isolado do interior com uma incipiente infra-estrutura duramente castigada pela guerra. A localização e remoção de minas parece ser de fundamental importância para um efectivo restabelecimento das populações.

Dos 398 mil hectares da superfície do distrito, estima-se ² em 200 mil hectares o potencial de terra arável apta para a agricultura do distrito de Chemba, dos quais cerca de 25 mil ha de são aproveitados (6% da área do distrito). Apesar disto, o regresso das pessoas às suas zonas de origem ou de preferência, tem gerado conflitos pela posse e uso da terra fértil em Chemba.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos gerais da pobreza, das calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas, estimando-se em cerca de 100 USD o seu PIB per capita.

Pode-se sintetizar da forma seguinte a situação social e económica actual do distrito:

- A produção agrícola é fraca e afectada pelo clima semi-árido e fraca precipitação, apesar do potencial das terras baixas no vale e das regiões altas de pastagens;
- Ainda são visíveis os efeitos das cheias de 2000 que afectaram principalmente toda a região do vale do Zambeze;
- O fomento pecuário tem sido fraco.
- O distrito possui recursos florestais que a população local aproveita para o fabrico de utensílios domésticos e para artesanato. A lenha e o carvão são os principais combustíveis domésticos, enfrentando o distrito problemas de desflorestamento e erosão.

² Conforme JVA Cenacarta-IGN France International, Estatísticas de Uso e Cobertura da Terra, Nov. 1999 (escala 1:250,000)

-
- O distrito possui um fraco potencial piscívora. O produto da caça complementa a dieta alimentar das populações, sendo a caça furtiva o principal constrangimento para a conservação da fauna.
 - O distrito debate-se com graves problemas de falta de água;
 - Há algum entendimento das famílias em relação àquilo que constitui sua obrigação social. A não aceitação em custear algumas despesas prende-se com o facto do seu custo elevado e por serem consideradas como responsabilidade do Estado;
 - A rede de estradas do distrito está em condições precárias. As estradas reabilitadas destinavam-se a servir os programas de emergência e a qualidade da reabilitação foi fraca, havendo neste momento necessidade de continuar com o trabalho e de dotar a Administração do Distrito de meios materiais e financeiros para tornar o trabalho contínuo;
 - A rede sanitária existente é insuficiente para cobrir as necessidades de saúde, havendo casos de populações em algumas aldeias e localidades que são obrigadas a percorrer grandes distâncias para ter acesso a uma unidade sanitária;
 - A falta de medicamentos suficientes para cobrir as necessidades do distrito e de quadros com formação académica e profissional adequadas às condições do distrito, são outros dos problemas que afectam o sector da saúde;
 - A rede escolar é insuficiente e necessita de ser alargada e ampliada;
 - Com o fim da guerra, a maioria dos projectos em curso financiados por agências humanitárias foram interrompidos e foi gorado o arranque de novos projectos;
 - A insegurança constitui um entrave ao desenvolvimento do distrito, quer pela presença de minas, como pela instabilidade por causa de assaltos à mão armada e roubos.

A indústria local é muito pouco desenvolvida, sendo a actividade artesanal em vários ofícios uma alternativa imediata à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. A comercialização agrícola e o comércio dominado por agentes informais.

Não existe nenhuma instituição bancária a operar no distrito, nem nenhum sistema formal de acesso ao crédito em condições acessíveis aos operadores locais. As possibilidades de

acesso ao crédito derivam de prática no sector informal, nomeadamente dos comerciantes locais e dos familiares dos interessados.

Assim, apesar dos esforços desenvolvidos, do investimento público e privado na actividade agrária e em infra-estruturas e das várias intervenções na área social que, entretanto, foram realizadas, são bem patentes no Distrito os efeitos gerais da pobreza, das calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

2 História, Política e Sociedade

A maioria da população deste distrito é de etnia Sena. Na era colonial este distrito denominava-se “Tchetcha” que em língua Sena significa areia, isto porque grande parte dos solos do distrito são arenosos, sobretudo na zona sede do distrito.

Porém, há também a possibilidade de o nome de Chemba provir de “Nhacachemba” nome pelo qual eram designadas duas florestas muito densas que existiam na zona onde está hoje



instalada a sede do distrito, e que em idioma local significava “pequeno Chemba”.

Os colonos portugueses passaram então a designar a zona pelo nome de Chemba que vigorou até à altura da proclamação da Independência Nacional em 1975 e que se mantém até aos dias de hoje.

No que respeita ao desenvolvimento da sociedade civil e organizações existentes, os indicadores que se têm vindo a registar são bastante encorajadores. É de registar, porém, a fraca afluência de organizações a operar no distrito, sobretudo ONG's.

As autoridades comunitárias no distrito são representadas por 646 Chefes legitimados pelas comunidades, sendo 142 Chefes da Autoridade Tradicional (11 Régulos/Nhacuawas, 33 Chefes de Povoações/Saphandas e 98 Chefes de Povoações/N'fumos), 3 Secretários de Bairros.

À luz do Decreto 15/2000 e respectivo regulamento, ao nível do distrito já foram legitimados 144 Líderes Comunitários, dos quais já foram reconhecidos 14 líderes do 1º escalão, sendo 11 Régulos e 3 Secretários de Bairros.

Como proposta, o distrito é de opinião que se imprima uma maior dinâmica no processo de aquisição de fardamentos para as autoridades comunitárias.

A religião dominante é a Católica, praticada pela maioria da população do distrito. Existem no distrito 207 Igrejas entre Apostólicas e Católicas e 294 Curandeiros.

3 Demografia



A superfície do distrito é de 3.998 km² e a sua população está estimada em 62 mil habitantes à data de 1/1/2005. Com uma densidade populacional de 16 hab/km², prevê-se que o distrito em 2010 venha a atingir os 72 mil habitantes.

3.1 Estrutura etária e por sexo

Com uma população jovem (48%, abaixo dos 15 anos), tem um índice de masculinidade de 46%, o distrito de Chemba tem uma matriz marcadamente rural. A estrutura etária do distrito reflecte uma relação de dependência económica de 1:0.9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

TABELA 1: População por posto administrativo, idade e sexo, 1/1/2005

	TOTAL	Grupos etários				
		0 - 4	5 - 14	15 - 44	45 - 64	65 e mais
DISTRITO DE CHEMBA	62,278	13,560	16,293	24,148	5,636	2,641
Homens	28,606	6,779	8,288	9,976	2,348	1,215
Mulheres	33,672	6,781	8,005	14,171	3,289	1,427
P.A. de CHEMBA	18,969	3,875	5,143	7,531	1,719	701
Homens	8,887	1,988	2,600	3,196	738	366
Mulheres	10,082	1,887	2,543	4,335	981	335
P.A. de CHIRAMBA	16,551	3,526	4,245	6,579	1,463	739
Homens	7,608	1,750	2,166	2,696	657	338
Mulheres	8,944	1,775	2,079	3,882	806	402
P.A. de MULIMA	26,757	6,160	6,905	10,038	2,454	1,201
Homens	12,111	3,042	3,522	4,084	952	511
Mulheres	14,647	3,118	3,383	5,954	1,502	690

Fonte: Estimativa da MÉTIER, na base do INE, Dados do Censo de 1997.

3.2 Traço sociológico

Das 14.800 famílias do distrito, a maioria é do tipo sociológico nuclear com filhos (41%) e tem, em média, 3 a 5 membros.

TABELA 2: Agregados, segundo a dimensão e o tipo sociológico

% de agregados, por dimensão			Média de pessoas, por agregado		
1 - 2	3 - 5	6 e mais	TOTAL	< 15 anos	≥ 15 anos
24.1%	51.3%	24.6%	4.2	2.0	2.2
Tipo Sociológico de Agregado Familiar					
Unipessoal	Monoparental ⁽¹⁾		Nuclear		Alargado ⁽²⁾
	Masculino	Feminino	Com filhos	Sem filhos	
8.4%	1.1%	27.6%	40.7%	6.1%	16.1%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

1) Família com um dos pais.

2) Família nuclear ou monoparental com ou sem filhos e um ou mais parentes.

Na sua maioria casados, após os 12 anos de idade, têm forte crença religiosa, dominada pela religião Sião ou Zione.

TABELA 3: População, segundo o estado civil e a crença religiosa

Com < 12 anos	Com 12 anos ou mais, por Estado civil				
	Total	Solteiro	Casado ou união	Separado/ Divorciado	Viuvo
42.3%	57.7%	16.5%	37.6%	0.8%	2.7%
Com Crença Religiosa					
Total	Zione	Católica	Evangélica	Muçulmana	Outra
100,0%	51.7%	9.1%	1.7%	0.1%	37.5%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.3 Línguas faladas

Tendo por língua materna dominante o *Cindau*, 87% da população do distrito com 5 ou mais anos de idade não têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominante nos homens, dada a maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho.

TABELA 4: População, consoante o conhecimento de Português

	Sabe falar Português			Não sabe falar Português		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHEMBA	13.0%	10.3%	2.6%	87.0%	36.1%	51.0%
5 - 9 anos	1.0%	0.7%	0.4%	19.5%	9.6%	9.8%
10 - 14 anos	2.2%	1.5%	0.6%	10.8%	5.1%	5.6%
15 - 19 anos	2.1%	1.6%	0.5%	9.3%	4.4%	4.8%
20 - 44 anos	5.9%	4.9%	1.0%	32.3%	11.1%	21.1%
45 anos e mais	1.7%	1.6%	0.1%	15.3%	5.7%	9.6%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

3.4 Analfabetismo e Escolarização

Com 88% da população analfabeta, predominantemente mulheres, o distrito de Chemba tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que somente 16% dos seus habitantes, com 5 ou mais anos de idade, frequentam ou já frequentaram a escola primária.

TABELA 5: População, por condição de alfabetização, 1997

	Taxa de analfabetismo		
	TOTAL	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHEMBA	88.3%	78.3%	96.5%
5 - 9	96.4%	94.6%	98.2%
10 - 14	83.4%	76.1%	91.3%
15 - 44	84.8%	68.9%	96.1%
45 e mais	92.5%	83.6%	99.3%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

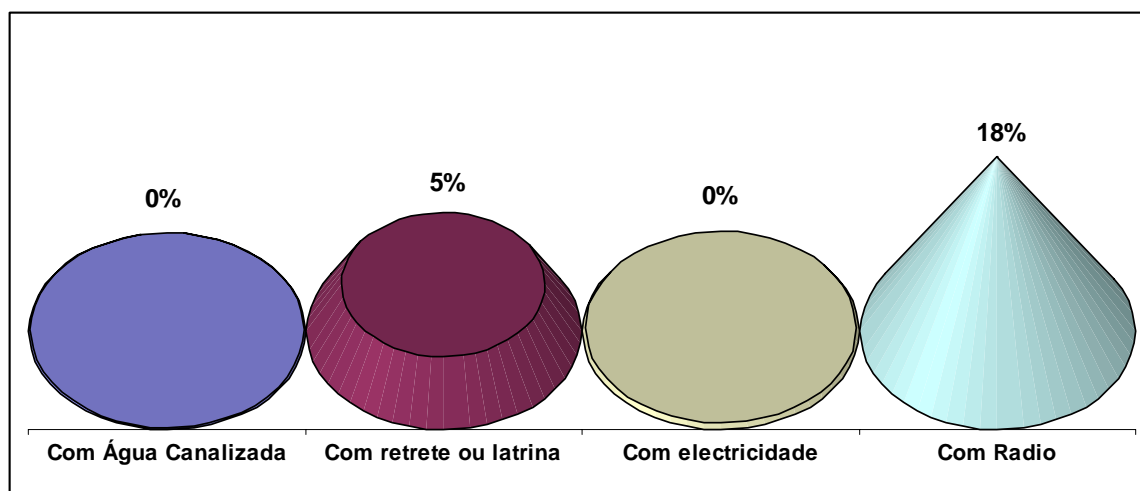
4 Habitação e Condições de Vida



O tipo de habitação modal do distrito é “a *palhota*, com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus”.

Em relação a outras utilidades, o padrão dominante é o de famílias “sem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, e vivendo em palhotas sem latrina e água colhida directamente em poços ou furos”.

FIGURA 1: Famílias, por condições básicas de vida



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

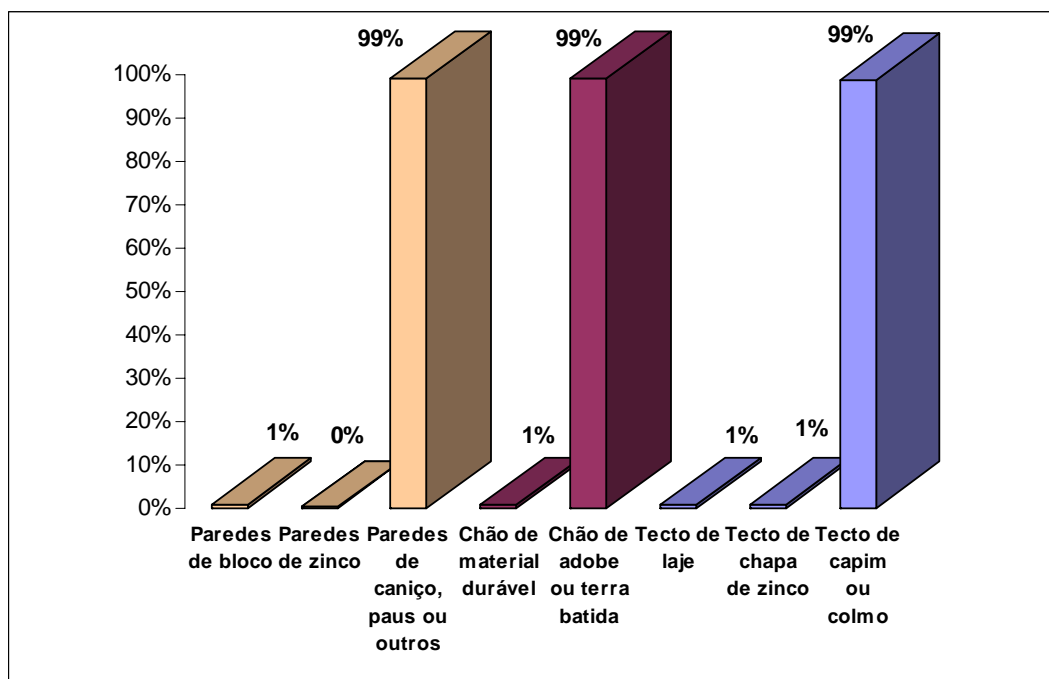
TABELA 6: Famílias, tipo de casa e condições básicas de vida

CONDIÇÕES BÁSICAS EXISTENTES	TOTAL		TIPO DE HABITAÇÃO					
			Moradia ou Apartamento		Casa de madeira e zinco		Palhota ou casa precária	
	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas	Casas	Pessoas
Com Água Canalizada	0%	0%	6%	4%	0%	0%	0%	0%
Com retrete ou latrina	5%	5%	55%	42%	14%	33%	4%	5%
Com electricidade	0%	0%	16%	10%	0%	0%	0%	0%
Com Radio	18%	21%	51%	46%	43%	38%	18%	21%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

No que diz respeito às paredes, pavimento e tecto, o material de construção dominante é, respectivamente o caniço ou paus, a terra batida e o capim ou colmo.

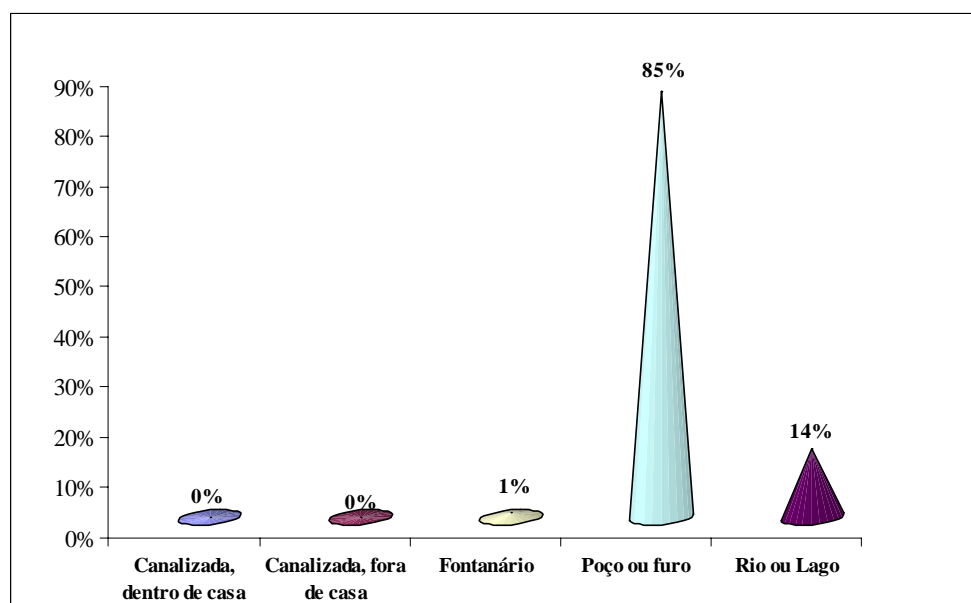
FIGURA 2: Habitações, por tipo de materiais usados



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Em particular, no que concerne às fontes de abastecimento de água, verifica-se que na sua maioria a população recorre directamente a poços ou furos (85%) ou aos rios e lagos (14%).

FIGURA 3: Habitações, por tipo de acesso a água



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

5 Organização Administrativa e Governação

O Distrito, localizado a 550 Km da cidade da Beira, está dividido em 3 Postos Administrativos: Chemba-Sede, Chiramba e Mulima que, por sua vez, estão subdivididos em 6 Localidades.

Posto Administrativo	Localidades
Chemba-Sede	Chemba-Sede 3 de Fevereiro
Chiramba	Chiramba-Sede Catulene
Mulima	Mulima-Sede Goe

5.1 Governo Distrital



O Governo Distrital, dirigido pelo Administrador de Distrito, está estruturado nos seguintes níveis de direcção e coordenação:

- Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria;
- Direcção Distrital da Agricultura e Desenvolvimento Rural;
- Direcção Distrital da Educação;
- Direcção Distrital da Saúde;
- Direcção Distrital da Cultura, Juventude e Desporto;
- Direcção Distrital das Mulher e Coordenação da Acção Social;
- Delegação do Registo Civil e Notariado;
- Direcção Distrital do SISE;
- Comando Distrital da PRM.

Outros órgãos do Estado representados no distrito são:

- Núcleo Distrital de combate ao HIV/SIDA, cujas funções consistem na mobilização da população sobre o perigo do HIV/SIDA e divulgação das medidas preventivas. Esta comissão é dirigida pelo Administrador do Distrito e compreende representantes dos Sectores Sociais; e
- Comissão Distrital de Eleições – com funções voltadas para a supervisão de todos os processos eleitorais.

A gestão da vila, desde os serviços de higiene, salubridade e fornecimento de água potável é igualmente garantida pela Administração do Distrito. Neste distrito existem Delegações da

EDM-EP, TDM-EP, Correios de Moçambique, Posto da APIE. A Administração possui 47 funcionários (2 mulheres), dos quais 30 são do quadro e 17 fora do quadro (contratados). As idades dos funcionários variam de 25 a 57 anos de idade.

A maioria destes funcionários realiza trabalhos burocráticos, com excepção dos que estão afectos ao Conselho Executivo, Oficinas e cobrança de taxas diversas.

Com um total de 47 funcionários (dos quais, 2 são mulheres), apresenta a seguinte distribuição por categorias profissionais:

■ Técnicos Superiores	1
■ Técnicos Médios	2
■ Assistentes Técnicos	9
■ Operários, Auxiliares Administrativos e Agentes de Serviço	8
■ Pessoal auxiliar	27

Formação e capacitação dos Recursos Humanos

Ao longo do quinquénio, 5 funcionários beneficiaram de formação académica. Deste número, 1 está a frequentar o ensino técnico (nível médio), 3 frequentam o ensino secundário geral (ESG) e 1 o ensino primário de segundo grau (EP2).

Infra-estruturas do Governo Distrital

- 6 Edifícios para funcionamento das instituições (na sede do distrito);
- 4 Edifícios nos dois PA's;
- 10 Residências da Administração, incluindo o Palácio do Administrador;
- 1 casa da Agricultura;
- 6 casas da Educação;
- 5 casas da Saúde;
- 1 Mercado pertencente ao Conselho Executivo Distrital.

Infra-estruturas e apetrechamento

N° de edifícios	Construídos	Reabilitados	Apetrechados
6	4	2	5

Nota: Falta apetrechar o Palácio do Administrador.

Meios de Circulação

N° de meios	Tipo	Estado
01	Carro	Operacional
05	Motorizadas	Operacional
03	Rádios	Avariados (2) Operacional (1)

Mobiliário Adquirido

Quant.	Tipo	Estado	Localização
08	Armário	Bom	Administração, PA's
19	Secretárias	--	--
03	Jogos de sofás	Degradados	--
01	Geleira	Avariada	Palácio
10	Camas	Bom	Administração, PA's
33	Cadeiras	Bom	Administração, PA's
01	Ventoinha	Bom	Palácio
01	Mesa grande	Bom	Palácio
03	Máquinas de escrever	Bom	Administração, PA's
03	Cacifos	Bom	Administração, PA's
08	Estantes	Bom	Administração, PA's
32	Bicicletas	Bom	Administração, PA's
05	Motorizadas	Bom	Administração, PA's, Localidades e Líderes Comunitários
03	Motorizadas	Avariados	Administração

O sistema de governação vigente é baseado no Conselho Executivo. Em resultado da aprovação das Leis 6/78 e 7/78, este substituiu a Câmara Municipal local que era dirigida pelo Administrador do Distrito, por acumulação de funções, por força do artigo 491 da Reforma Administrativa Ultramarina (RAU).

O Conselho Executivo local é um órgão distinto do Aparelho do Estado no escalão correspondente, com as seguintes funções:

- Dirigir as tarefas políticas do Estado, bem como as de carácter económico, social e cultural.
- Dirigir, coordenar e controlar o funcionamento dos órgãos do Aparelho do Estado.

O Conselho Executivo é dirigido por um Presidente, que geralmente por acumulação de funções é o Administrador do Distrito, o qual é nomeado pelo Ministro da Administração Estatal.

Ao nível do distrito o Aparelho do Estado é constituído pela Administração do Distrito e restantes direcções e sectores distritais. O Administrador por sua vez responde perante o Governo Provincial e Central, pelos vários sectores de actividades do Distrito organizados em Direcções e Sectores Distritais.

A governação tem por base os Presidentes das Localidades, Autoridades Comunitárias e Tradicionais. Os Presidentes das Localidades são representantes da Administração e

subordinam-se ao Chefe do Posto Administrativo e, consequentemente, ao Administrador Distrital, sendo coadjuvados pelos Chefes de Aldeias, Secretários de Bairros, Chefes de Quarteirões e Chefes de Blocos.

As instituições do distrito operam com base nas normas de funcionamento dos serviços da Administração Pública, aprovadas pelo Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, do Conselho de Ministros, publicado no Boletim da república nº 41, I Série, Suplemento.

A actividade do governo distrital segue uma abordagem essencialmente empírica e de contacto com a comunidade. Importa que esta prática venha a ser sistematizada em sistemas de planificação e controlo regulares e fiáveis, bem como seja baseada numa visão estratégica que oriente o planeamento anual e faça convergir de forma eficaz os esforços sectoriais.

5.2 Reforma do sector público

O Decreto 30/2001 de 15 de Outubro, sobre a Reforma do Sector Público, está a ser implementado no distrito. Com efeito, este instrumento foi objecto de estudo pelos funcionários do Estado, de modo a garantir a sua correcta implementação pelos sectores.

Neste sentido, foram já emitidos crachás de identificação para os funcionários da Administração do Distrito e das Direcções do Governo Distrital e colocados livros de reclamações em algumas repartições e postos de saúde.

5.3 Síntese dos resultados da actividade dos órgãos distritais

Nesta secção, sem pretender ser exaustivo e transcrever o rol de funções oficiais dos Governos Distritais aprovadas e publicadas oficialmente, focam-se as principais actividades de intervenção pública directa que contribuem para o desenvolvimento do distrito.

5.3.1 Agricultura, Ambiente e Desenvolvimento Rural

O regresso das pessoas às suas zonas de origem ou de preferência, tem gerado conflitos pela posse e uso da terra em Chemba, para cuja solução e moderação, tem contribuído a Administração e a DADR (Serviços de Geografia e Cadastro) em coordenação com anciões locais influentes.

No âmbito dos programas de alívio à pobreza o Governo do Distrito realizou os seguintes projectos:

-
- Abertura de uma machamba de 4 ha para deficientes para além do apoio em mantas a 46 elementos do grupo alvo;
 - Estão em curso 3 projectos de geração de rendimentos, nomeadamente, de cerâmica, carpintaria e um estaleiro, aguardando-se pelo financiamento de 3 projectos (moageira, latoaria e serração de pequena escala. O suporte financeiro destes projectos está garantido pelo INAS e Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação.
 - Para minorar as dificuldades com que se deparam os deficientes físicos, o Governo local em coordenação com alguns parceiros procedeu à aquisição e distribuição de 20 cadeiras de rodas e 6 bicicletas, uma oferta da AISPO-Cooperação italiana.
 - Foram construídas 7 casas para os mais necessitados.
 - Na área da agricultura e desenvolvimento rural registam-se avanços, tendo os fundos do PROAGRI, até certo ponto, dinamizado as acções deste sector. Por outro lado, a alocação de quadros médios qualificados tem constituído uma “alavanca” para o maior e melhor desempenho do sector.
 - Até ao momento, a Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural já procedeu à aquisição de 11 bombas pedestais, das quais 9 foram distribuídas aos camponeses interessados na sua exploração. Muito recentemente foram adquiridas 6 juntas para tracção animal, para além do fomento de animais de pequena espécie.

De um modo geral, a agricultura no distrito é praticada em regime de consociação de culturas com base em variedades locais e, em algumas regiões, com o recurso à tracção animal e tractores.

O início do século foi marcado pelas cheias de 2000/01 do Zambeze e chuvas acima do normal que destruíram as culturas. Nos anos seguintes, o cenário de estiagem e seca caracterizado por chuvas irregulares e abaixo do normal criaram uma situação de insegurança alimentar, exigindo do Governo Distrital iniciativas enérgicas de mitigação, de que se destacam:

- Distribuição de sementes e utensílios agrícolas às vítimas das cheias;
- Reabilitação de valas de drenagem nas baixas do distrito;
- Fomento de batata-doce de polpa alaranjada; e
- Aquisição e distribuição de bovinos de fomento.

5.3.2 Obras Públicas e Habitação

Nos últimos três anos o número de construções aumentou no distrito, particularmente no sector da educação. No que diz respeito à habitação, nota-se uma melhoria considerável, tendo muitos dos habitantes deste distrito vindo a apostar na auto-construção, o que tem contribuído para o desenvolvimento do distrito.

Parte das vias de acesso foram reabilitadas ou reparadas, houve incremento das unidades sanitárias e educacionais, o abastecimento de água potável melhorou significativamente, situando-se em 57% de cobertura.

A reparação de pontecas e estradas do interior tem estado a cargo da Empresa de Construção e Manutenção de Estradas e Pontes (ECMEP), com excepção das estradas vicinais, cuja manutenção é, na maior parte das vezes, garantida pelas comunidades locais.

A questão do nomadismo não é muito frequente neste distrito, embora se possa apontar um ou outro caso. Porém, o grande problema com que as comunidades locais se debatem é o da escassez de água potável. A água de grande parte dos furos e poços abertos é salobre e imprópria para consumo humano, o que está na base de algum nomadismo existente.

As perspectivas desenhadas para se ultrapassar esta dificuldade é a realização de um estudo geo-físico e hidro-geológico antes da abertura de qualquer fonte de água.

Apesar dos esforços realizados, o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção e a rede de estradas terciárias que na época das chuvas tem problemas de transitibilidade, sendo essencial a afectação de recursos públicos à sua reabilitação corrente.

5.3.3 Comércio

A rede comercial do distrito é caracterizada por operadores informais. Toda a rede de estabelecimentos comerciais foi destruída pela guerra.

O distrito conta actualmente com 17 bancas melhoradas (construção convencional) e 85 precárias, 4 cantinas, 1 (uma) padaria e 1 (uma) pensão. Dos operadores na área do comércio, apenas 2 são formais, sendo a causa apontada para o não desenvolvimento do comércio formal a falta de financiamento aos agentes económicos locais.

5.3.4 Educação e Saúde

O investimento no sector tem estado a crescer, elevando para 46 o número de escolas do distrito de Chemba em 2003 (43 do ensino primário nível 1 e três do nível 2), que são frequentadas por cerca de 8.600 estudantes ensinados por 125 professores. O distrito perspectiva introduzir em 2005 o nível médio do Ensino Geral em parceria com a Igreja Católica.

O número de centros de alfabetização de adultos cresceu para 69, com cerca de 3 mil alfabetizando e 24 alfabetizadores.

O distrito está dotado de 1 Centro de saúde de nível I, 2 do nível II/III e 2 Posto de saúde, com um total de 44 camas e 24 técnicos e assistentes de saúde.

Actualmente está em carteira um projecto que visa a construção de mais 2 Centros de Saúde do tipo II, concretamente nas Localidades Administrativas de 3 de Fevereiro e Goe. Os fundos para o efeito serão desembolsados pela AISPO-Cooperação italiana.

O crescimento da rede escolar e de saúde desde 2000 e a melhoria do atendimento do pessoal têm permitido aumentar o acesso da população aos serviços do Sistema Nacional de Educação e da Saúde que, porém, está ainda a um nível bastante insuficiente.

5.3.5 Cultura, Juventude e Desporto

Na área da cultura existem vários grupos que praticam diverso tipo de danças e cânticos típicos de toda a região.

No concernente à juventude, destaca-se a existência de grupos activistas e associações juvenis que se dedicam a motivar boas práticas entre os seus concidadãos.

Têm sido promovidas várias actividades, nomeadamente a participação no II Festival Nacional de Dança Popular, o fomento do associativismo juvenil e de grupos culturais, bem como o apoio ao desenvolvimento das artes plásticas, em particular a escultura.

5.3.6 Mulher e Coordenação da Acção Social

Nesta área o Governo Distrital tem promovido a integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dando prioridade à criança órfã,

mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, reclusos, tóxico-dependentes, regressados e refugiados.

TABELA 7: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	3.292
Idosos atendidos	998
Deficientes atendidos	534
TOTAL	4.824

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção nesta área tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes no distrito os efeitos da pobreza, calamidades naturais e da guerra que assolou Moçambique nas últimas décadas.

5.3.7 Justiça, Ordem e Segurança pública

Ao nível do distrito existe um Tribunal Judicial e 2 Tribunais Comunitários. Mas, porque este sector trabalha em paralelo com a Procuradoria da República, em nossa opinião esta também devia-se fazer representar neste distrito. É de referir que os réus depois de julgados e condenados voltam muitas vezes para as celas do Comando Distrital da PRM o que constitui um peso para o Comando.

Quanto aos serviços de registo e notariado o maior constrangimento verificado durante o período foi a falta de meios circulantes para a movimentação da Brigada Móvel pelas Localidades.

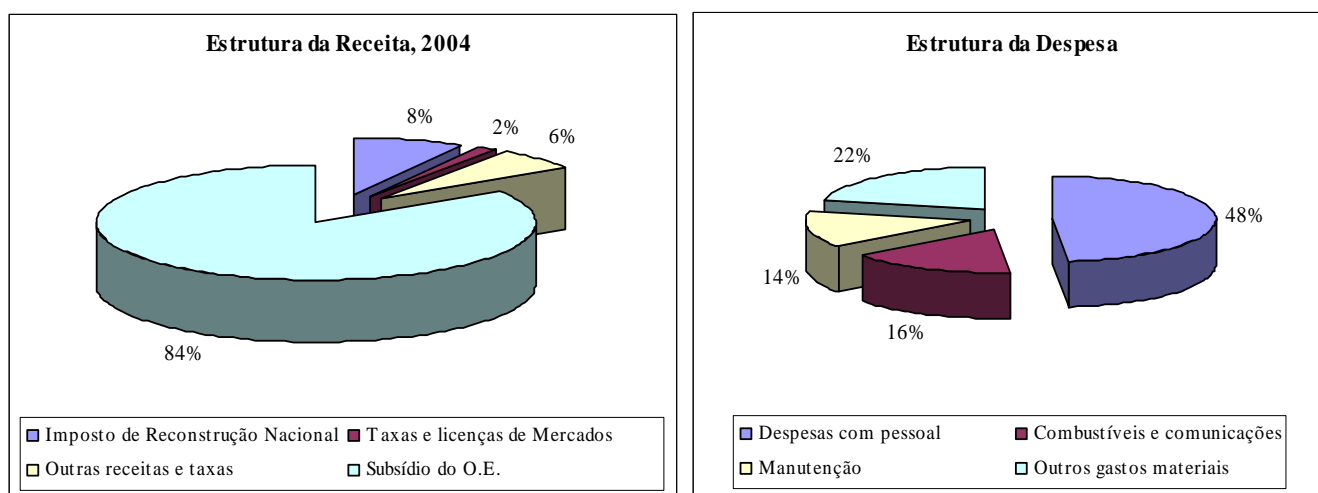
Quanto à segurança, pode-se dizer que a situação é calma, não obstante o facto de nos princípios do ano em curso terem sido registados alguns casos de assaltos à mão-armada. Graças à pronta intervenção dos agentes da Lei e Ordem e também à colaboração das próprias comunidades, esses assaltantes foram neutralizados e feita a apreensão das suas armas de fogo. A falta de transporte impede que se imprima uma maior dinâmica a este sector.

As minas constituem ou constituíram, em algumas zonas identificadas, uma ameaça à segurança da população e ao desenvolvimento económico. A acção de desminagem em curso no país desde 1992, tem permitido diminuir o seu risco, sendo hoje a situação existente no país e neste distrito mais controlada e conhecida.

5.4 Finanças Públicas

A Administração do Distrito, sem inclusão das instituições subordinadas e unidades sociais, funcionou nos últimos anos com os seguintes níveis de receitas e despesas anuais.

FIGURA 4: Estrutura do orçamento distrital, 2004



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial do Plano e Finanças

Os livros de registos contabilísticos em uso nesta Administração são os seguintes:

- Modelo 16-Registo de descontos;
- Modelo 38-Receitas cobradas;
- Modelo 39-Registo diário de despesas;
- Modelo 41- Registo da verba do orçamento provincial;
- Modelo 42-Livro de caixa

O nível de receita é manifestamente insuficiente ao cabal exercício das funções distritais. A despesa corrente do orçamento distrital em 2004 foi de 30 contos por habitante, isto é, cerca de 1.5 USD. Do lado da despesa, os gastos com pessoal absorvem metade do orçamento corrente do distrito e, à excepção das cobranças de mercados e algumas receitas de serviços, turismo e urbanismo, o esforço fiscal distrital é muito baixo.

Quanto ao investimento com financiamento de base distrital, o seu montante é pequeno, sendo quase todas as acções de investimento público planificadas e orçamentadas ao nível provincial, funcionando os principais sectores sociais com finanças geridas a este nível.

À governação distrital compete essencialmente a gestão corrente, fraccionada pela dispersão orçamental dos principais sectores sociais e de infra-estruturas, o que condiciona fortemente a sua actuação num esforço coordenado de desenvolvimento e integração.

5.5 Constrangimentos à acção do Governo Distrital

Face à situação financeira descrita, o Governo Distrital tem enfrentado vários constrangimentos à sua acção, de que se destacam os seguintes:

- Não alocação de fundos de investimentos para manutenção das vias de acesso;
- Grandes dificuldades de comunicação rodoviária na época das chuvas;
- Falta de rádios de comunicação nos dois Postos Administrativos (Mulima e Chiramba);
- O problema da água salobre na maioria das fontes abertas ao nível do distrito;
- Falta de fundos de investimento para manutenção dos furos nas aldeias;
- Falta de infra-estruturas de educação e saúde para a população do distrito;
- Falta de viaturas para a Administração e de motorizadas para locomoção dos Chefes dos Postos Administrativos;
- Ausência de um programa de construções para atender o crescimento do aparelho de estado;
- Falta de uma residência própria para acolher e alojar o Secretário Permanente; E
- Falta de mobiliário nas residências do Administrador do Distrito e Chefes dos Postos Administrativos.

Face às restrições orçamentais existentes, tem sido essencial para a prossecução da actividade do Governo Distrital e para o progresso do distrito, o envolvimento consciente e participação comunitária, e o apoio do sector privado e de vários organismos internacionais que operam neste distrito.

5.6 Participação comunitária

A participação comunitária tem sido essencial para suprir várias necessidades em matéria de construção, reabilitação e manutenção de infra-estruturas, nomeadamente estradas interiores, postos de saúde e escolas, bem como residências para professores e enfermeiros.

É notório o envolvimento da população na busca de soluções para os problemas locais. Por exemplo, na implantação de infra-estruturas públicas (poços, furos, escolas, hospitais, estradas, etc) a população é consultada para a identificação dos locais mais adequados, procedimento este que tem dado resultados positivos. O mesmo se verifica em relação ao combate à criminalidade. As boas relações polícia/comunidade têm muitas vezes permitido que a própria comunidade alerte a polícia sobre a presença de malfeitores.

Regista-se um grande o envolvimento das populações e respectivos líderes na manutenção das vias de acesso, muito embora o distrito não disponha do equipamento apropriado para esse fim.

Quanto à situação da rede sanitária e escolar, a situação tende a evoluir positivamente. Na saúde, por exemplo, para além da unidade sanitária já construída durante o período em análise, perspectiva-se para o próximo ano a construção de mais dois Centros de Saúde, nomeadamente, nas localidades de 3 de Fevereiro e Goé. Na Educação foram construídas 3 escolas de material convencional e outras tantas de material precário.

A opção pelo uso de material local para a construção de residências está a ser bem sucedida. Os principais mentores têm sido os profissionais da Educação, Saúde e Administração que estão dessa forma a construir as suas próprias casas e a enverdar esforços para:

- Motivar os pais e encarregados de educação para que estes permitam que as raparigas estudem;
- Envidar esforços com vista a desincentivar os casamentos prematuros;
- Sensibilizar as comunidades para que na prossecução dos seus usos e costumes (ritos de iniciação) tenham em conta a evolução das próprias sociedades.

O Governo Distrital tem estabelecido coordenação de acções com as ONG's, visando levar a efeito a reconstrução e construção de infra-estruturas com base em recursos locais e nos programas "comida pelo trabalho" financiados pelo PMA e pela Acção Agrária Alemã (AAA).

5.7 Apoio externo

Na sua actuação, o Governo Distrital tem tido apoio de vários organismos de cooperação, que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e desenvolvimento rural, que desempenham um papel activo e importante no apoio à reconstrução e desenvolvimento locais.

Operam no distrito três ONG's, sendo uma nacional (RRR), executando obras de reabilitação de escolas e unidades sanitárias e as demais estrangeiras, nomeadamente, a AISPO participando na área de (re)construção de infra-estruturas da saúde e na assistência médica e a VMI a trabalhar nos sectores da agricultura e na distribuição de alimentos.

Duas outras organizações que pelo seu carácter marcaram uma presença de registar são o ACNUR e a sua contraparte nacional (NAR). O ACNUR garantiu a assistência financeira e humanitária, coordenando todo o processo de repatriamento e de reassentamento das populações. A contraparte nacional do ACNUR, o NAR, cumpre com as suas tarefas específicas no acompanhamento e promoção de todo o processo no quadro das políticas do país.

6 Posse e Uso da Terra ³



A informação deste capítulo tem por objectivo analisar os traços gerais que caracterizam a base agrária do distrito, de forma a permitir inferir sobre eventuais cenários de intervenção que reforcem o sector no contexto do processo de desenvolvimento distrital.

Apesar das reservas quanto à representatividade ao nível distrital dos dados do CAP, este capítulo permite avaliar os principais factores que fazem deste sector um veículo privilegiado de intervenção no desenvolvimento económico e social do país.

Referirmo-nos, entre outros, ao facto de:

- Ser a actividade dominante em praticamente todo o distrito;
- Esta actividade fazer parte dos hábitos e costumes da população;
- A actividade ser praticada pela maioria dos agregados familiares do distrito;
- Constituir a maior fonte de emprego e de rendimento da população;
- As condições naturais permitirem a prática da actividade.

6.1 Posse da terra

O regresso das pessoas às suas zonas de origem ou de preferência, tem gerado conflitos pela posse e uso da terra em Chemba.

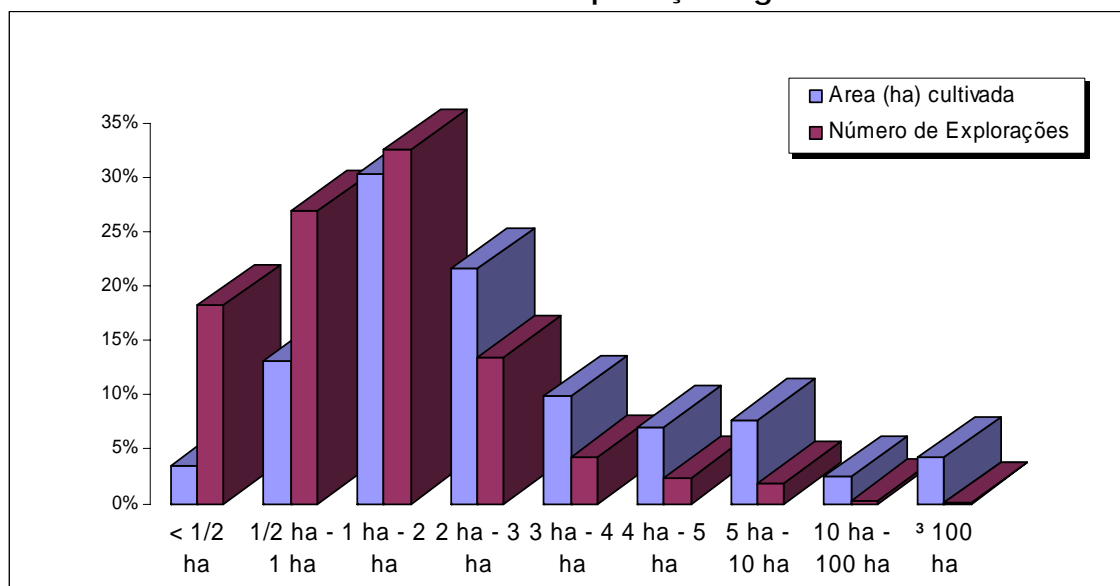
O distrito possui cerca de 10 mil explorações agrícolas com uma área média é de 2.6 hectares. Com um grau de exploração familiar dominante, 45% das explorações do distrito têm menos de 1 hectare, apesar de ocuparem somente 17% da área cultivada.

Este padrão desigual da distribuição das áreas fica evidente se referirmos que 30% da área cultivada pertence a somente 8% das explorações do distrito.

Na sua maioria os terrenos não estão titulados e, quando explorados em regime familiar, têm como responsável, em 90% dos casos, o homem da família.

³ Baseado em trabalho analítico da MÉTIER, suportado pelos dados do INE do Censo Agro-pecuário de 1999-2000. Apesar de se tratar de extrapolação s a partir duma amostra cuja representatividade ao nível distrital é baixa, considera-se que – do ponto de vista da análise da estrutura de uso e exploração da terra – os seus resultados são um bom retrato das características essenciais do distrito. Aconselha-se, pois, que mais do que os seus valores absolutos, este capítulo seja analisado tendo em vista absorver os principais aspectos estruturais da actividade agrária.

FIGURA 5: Estrutura de base da exploração agrária da terra



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

No que respeita à posse da terra, quase metade das 33 mil parcelas em que estão divididas as explorações pertence a autoridades tradicionais e oficiais. Abrangendo em muitos casos pequenas explorações, o seu peso específico em termos de área é, porém, de somente 20%.

6.2 Trabalho agrícola

Dada a composição alargada da maioria dos agregados moçambicanos, a estrutura de exploração agrícola do distrito reflecte a base da economia familiar, constatando-se que 52% das explorações são cultivadas por famílias com 6 ou mais membros do agregado familiar.

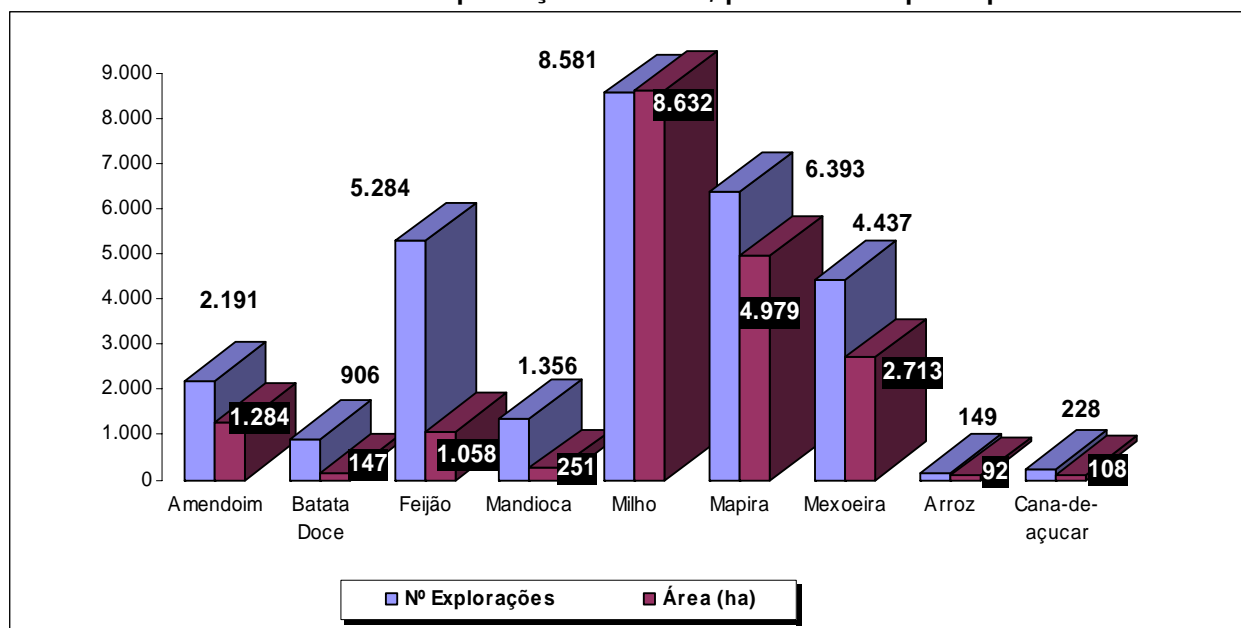
Estas explorações estão divididas em cerca de 32 mil parcelas, 57% com menos de meio hectare e exploradas em 51% dos casos por mulheres. De notar que 42% dos trabalhadores agrícolas são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos.

6.3 Utilização económica do solo

6.3.1 Agricultura

A maioria da terra é explorada em regime de consociação de culturas alimentares, nomeadamente o milho, mandioca, feijão nhemba, amendoim, batata-doce.

FIGURA 6: N.º de explorações e área, por culturas principais



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

Para além das culturas alimentares e de rendimento, o distrito tem um apreciável número de fruteiras.

6.3.2 Pecuária e Avicultura

No distrito existem cerca de 7 mil criadores de pecuária e mais de 9 mil de avicultura, a maior parte em regime familiar.

Os dados disponíveis apontam para uma estrutura de produção relativamente mercantilizada, em que o nível de vendas, varia de 28% nos caprinos a 88% nos suínos, constituindo assim uma fonte de rendimento importante, para além do seu valor em termos de auto consumo familiar.

6.3.3 Produção não agrícola

Constitui igualmente fonte importante de rendimento da população do distrito. Deriva, essencialmente, da venda de madeira, lenha, caniço e carvão, bem como da actividade pesqueira e artesanal, efectuado num conjunto de centenas de explorações económicas.

7 Educação



Com 88% da população analfabeta, predominantemente mulheres, o distrito de Chemba tem uma taxa de escolarização baixa, constatando-se que somente 16% dos seus habitantes, com 5 ou mais anos de idade, frequentam ou já frequentaram a escola primária.

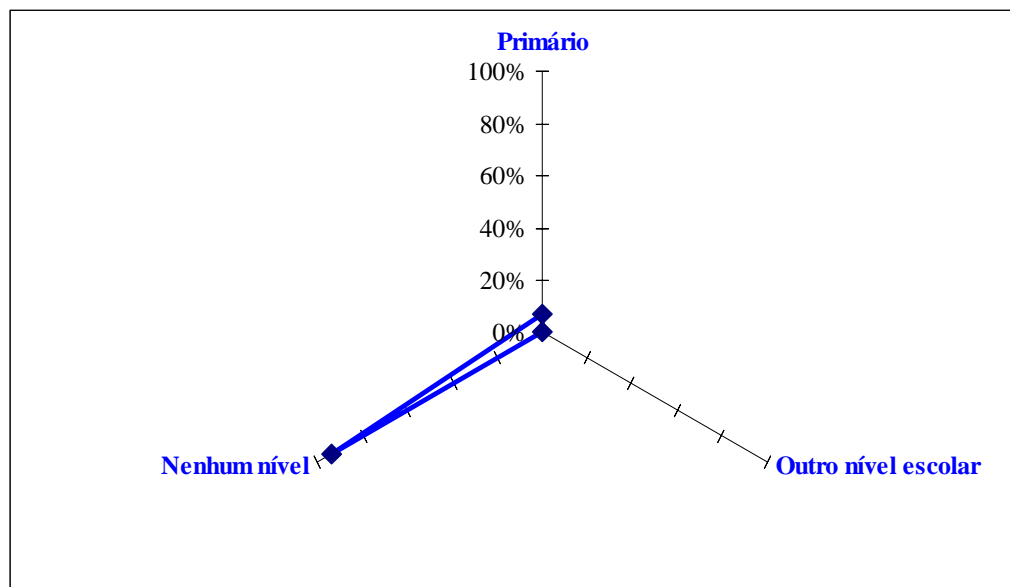
TABELA 8: População⁴, por condição de frequência escolar

	POPULAÇÃO QUE:								
	FREQUENTA			FREQUENTOU			NUNCA FREQUENTOU		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
DISTRITO DE CHEMBA	7.1%	5.3%	1.7%	9.0%	7.3%	1.7%	83.9%	32.2%	51.7%
P.A. de CHEMBA	10.4%	7.8%	2.6%	13.2%	10.2%	3.0%	76.5%	27.7%	48.8%
P.A. de CHIRAMBA	4.7%	3.5%	1.1%	7.5%	6.1%	1.4%	87.8%	35.3%	52.5%
P.A. de MULIMA	6.2%	4.6%	1.5%	7.0%	5.9%	1.0%	86.9%	33.4%	53.4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 24% das crianças frequenta a escola, seguido do grupo de 5 a 9 anos, o que reflecte a entrada tardia na escola das crianças. A maioria destas crianças são rapazes a frequentar o ensino primário, dada a insuficiente ou inexistente rede escolar dos restantes níveis de ensino no distrito.

FIGURA 7: População⁵, por nível de ensino que frequenta



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁴ Com 5 ou mais anos de idade.

TABELA 9: População⁶, por nível de ensino que frequenta

	NÍVEL DE ENSINO QUE FREQUENTA							Nenhum nível
	Total	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE CHEMBA	7.1%	0.0%	7.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	92.9%
5 - 9 anos	8.6%	0.0%	8.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	91.4%
10 - 14 anos	24.5%	0.0%	24.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	75.5%
15 - 19 anos	14.9%	0.0%	14.5%	0.3%	0.0%	0.0%	0.0%	85.1%
20 - 24 anos	2.4%	0.0%	2.2%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	97.6%
25 e + anos	0.4%	0.0%	0.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.6%
HOMENS	11.9%	0.0%	11.8%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	88.1%
MULHERES	3.1%	0.0%	3.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	96.9%
P.A. de CHEMBA	10.4%	0.1%	10.2%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%	89.6%
P.A. de CHIRAMBA	4.7%	0.0%	4.6%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	95.3%
P.A. de MULIMA	6.2%	0.0%	6.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	93.8%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Do total de população com mais de 5 anos de idade, verifica-se que somente 4% concluíram algum nível de ensino. Destes, 95% completaram somente o ensino primário e 5% o nível de ensino secundário.

TABELA 10: População⁷, por nível de ensino concluído

	NÍVEL DE ENSINO CONCLUÍDO							Nenhum
	TOTAL	Alfab.	Primário	Secund.	Técnico	C.F.P.	Superior	
DISTRITO DE CHEMBA	3.7%	0.0%	3.5%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	96.3%
5 - 9 anos	0.5%	0.0%	0.5%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	99.5%
10 - 14 anos	2.4%	0.0%	2.4%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	97.6%
15 - 19 anos	4.9%	0.0%	4.7%	0.2%	0.0%	0.0%	0.0%	95.1%
20 - 24 anos	5.0%	0.0%	4.5%	0.4%	0.0%	0.1%	0.0%	95.0%
25 e + anos	4.8%	0.0%	4.4%	0.3%	0.0%	0.1%	0.0%	95.2%
HOMENS	6.8%	0.0%	6.3%	0.4%	0.0%	0.1%	0.0%	93.2%
MULHERES	1.1%	0.0%	1.1%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	98.9%
P.A. de CHEMBA	7.2%	0.0%	6.6%	0.5%	0.0%	0.1%	0.0%	92.8%
P.A. de CHIRAMBA	1.7%	0.0%	1.7%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	98.3%
P.A. de MULIMA	2.3%	0.0%	2.1%	0.1%	0.0%	0.1%	0.0%	97.7%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Esta situação reflecte o facto de a rede escolar existente e o efectivo de professores, apesar de terem vindo a crescer, serem insuficientes e possuírem uma baixa qualificação pedagógica.

⁵ Com 5 ou mais anos de idade.

⁶ Com 5 ou mais anos de idade.

⁷ Com 5 ou mais anos de idade.

Estes factos são agravados por factores socio-económicos, resultando em taxas de aproveitamento baixas e de desistências altas, em algumas localidades.

TABELA 11: Escolas, alunos e professores, 2003

NÍVEIS DE ENSINO	N.º de Escolas	N.º de Alunos		N.º de Professores	
		M	HM	M	HM
TOTAL DO DISTRITO	115	3.826	11.633	68	149
EP1	43	2.894	8.186	40	113
EP2	3	63	395	8	12
AEA	69	869	3.052	20	24

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Educação

EP1 - 1º a 5º anos; EP2 - 6º e 7º anos; ESG I - 8º a 10º Anos.

A maioria dos professores tem uma formação escolar baixa, possuindo, em média, habilitações da 6ª classe e, em alguns casos, um ano de estágio pedagógico, o que condiciona bastante a qualidade do ensino ministrado.

8 Saúde e Acção Social

8.1 Cuidados de saúde e quadro epidémico



A rede de saúde do distrito, apesar de estar a evoluir a bom ritmo, é insuficiente, evidenciando os seguintes índices de cobertura média:

- Uma unidade sanitária por cada 12.500 pessoas;
- Uma cama por 1.400 habitantes; e
- Um profissional técnico para cada 2.600 residentes no distrito.

TABELA 12: Unidades de saúde, camas e pessoal, 2003

Unidades, Camas e Pessoal existente	Tipo de Unidades Sanitárias					Pessoal existente por sexo		
	Total de Unidades	Hospital Rural	Centro de Saúde I	Centro de Saúde II/III	Postos de Saúde			
						HM	H	M
Nº de Unidades	5	0	1	2	2			
Nº de Camas	44	0	26	10	8			
Pessoal Total	35	0	22	7	6	35	23	12
- Licenciados	1	0	1	0	0	1	1	0
- Nível Médio	3	0	2	1	0	3	2	1
- Nível Básico	11	0	6	3	2	11	9	2
- Nível Elementar	7	0	4	1	2	7	2	5
- Pessoal de apoio	11	0	7	2	2	11	9	2

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

A Direcção Distrital de Saúde distribui regularmente por cada Centro de Saúde “Kits A e B” e pelos Postos de Saúde “Kits B”. A tabela seguinte apresenta, para o ano de 2003, a posição de alguns indicadores que caracterizam o grau de acesso e de cobertura dos serviços do Sistema Nacional de Saúde.

TABELA 13: Indicadores de cuidados de saúde, 2003

Indicadores	
Taxa de ocupação de camas	24,0%
Partos	473
Vacinação	12.168
Saúde materno-infantil	30.250
Consultas externas	50.416
Taxa de mortalidade hospitalar	8,1%
Taxa de baixo peso à nascença	6,0%
Taxa de mau crescimento	12,0%

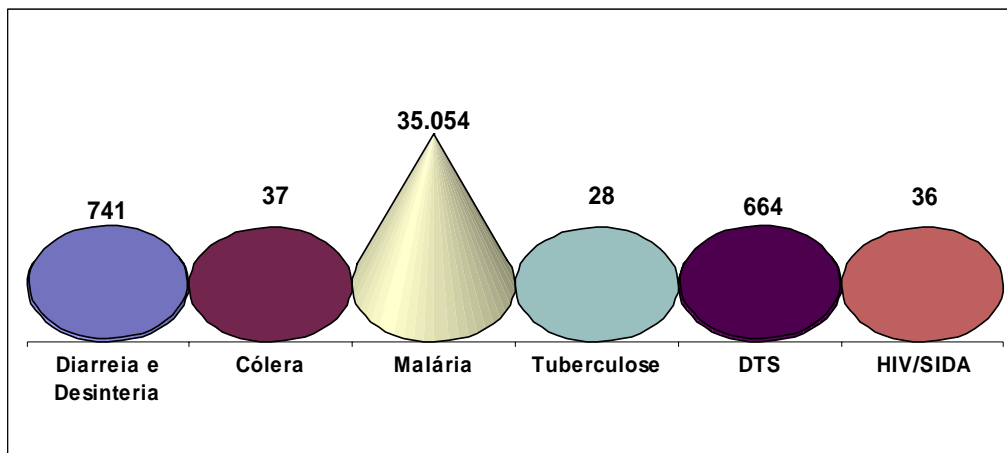
Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

Chemba



O quadro epidémico do distrito é dominado pela malária, diarreia e DTS e SIDA que, no seu conjunto, representam quase a totalidade dos casos de doenças notificados no distrito.

FIGURA 8: Quadro epidémico, 2003



Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial da Saúde

8.2 Acção Social

A integração e assistência social a pessoas, famílias e grupos sociais em situação de pobreza absoluta, dá prioridade à criança órfã, mulher viúva, idosos e deficientes, doentes crónicos e portadores do HIV-SIDA, tóxico-dependentes e regressados.

No distrito de Chemba existem, segundo os dados do Censo de 1997, cerca de 1.400 órfãos (dos quais 30% de pai e mãe) e cerca de 1.200 deficientes (65% com debilidade física, 8% com doenças mentais e 27% com ambos os tipos de doença).

TABELA 14: População, por condição de orfandade, 1997

DISTRITO DE CHEMBA	1,375
Homens	535
Mulheres	840
5 - 9 anos	399
10 - 14 anos	410
15 - 19 anos	566

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

TABELA 15: População deficiente, por idade e residência, 1997

Posto administrativo e Idade	TOTAL	Física	Mental	Ambas
DISTRITO DE CHEMBA	1273	823	103	347
0 - 14	239	146	21	72
15 - 44	681	390	51	240
45 e mais	353	287	31	35
P.A. de MULIMA	471	320	31	120

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

Desde o ano 2000, foram reunificadas com as suas famílias cerca de 3 mil crianças perdidas e órfãs, foram identificadas beneficiando de apoios mil idosos, e foram assistidas mais de 500 pessoas portadoras de deficiência.

TABELA 16: Programas de acção social, 2000-2003

Tipo de Programa	
Crianças atendidas	3.292
Idosos atendidos	998
Deficientes atendidos	534
TOTAL	4.824

Fonte: Direcção Distrital da Mulher e Coordenação da Acção Social

A acção social no distrito tem sido coordenada com as organizações não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e de direitos entre homem e mulher em todos aspectos de vida social e económica, bem como a integração no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

9 Género

O distrito de Chemba tem uma população de 62 mil habitantes - 34 mil do sexo feminino - sendo 28% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres.

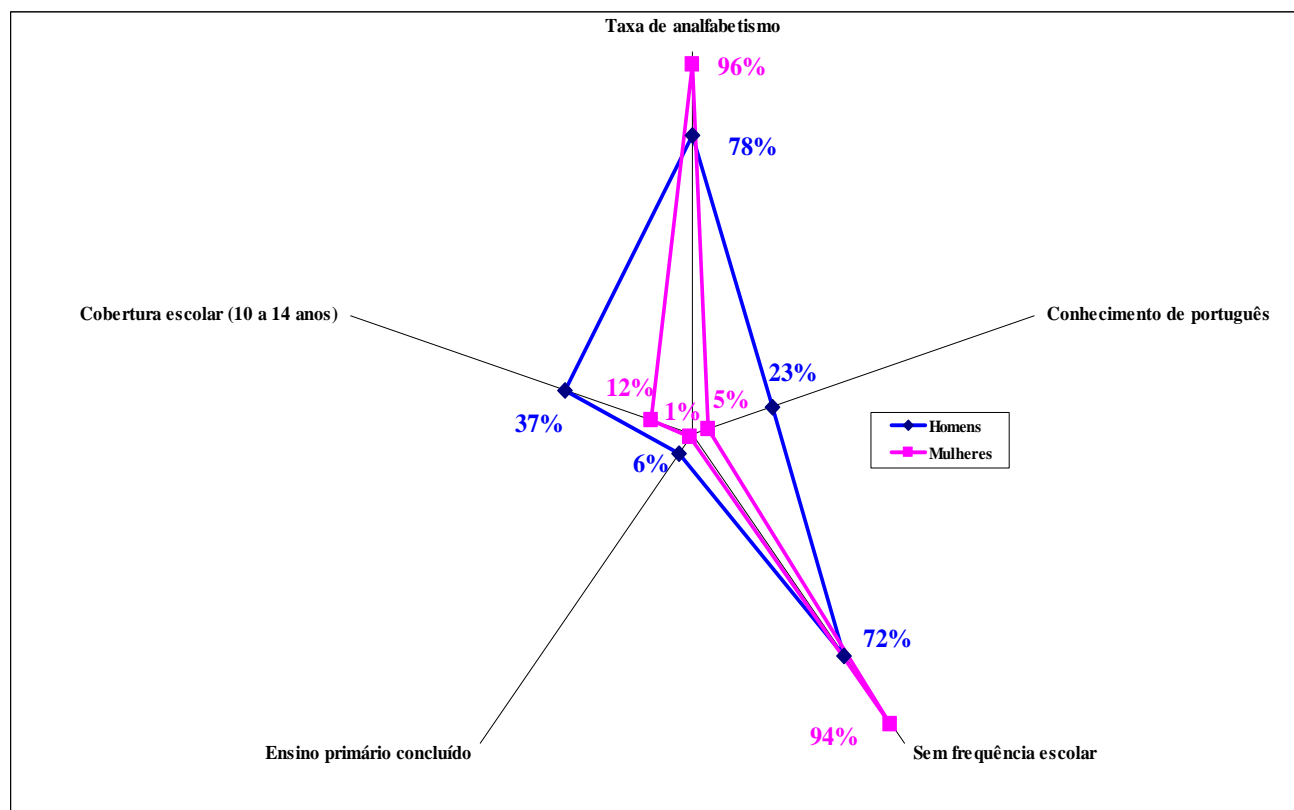
9.1 Educação

Tendo por língua materna dominante o *Cindan*, só 5% das mulheres tem conhecimento da língua portuguesa. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 96%, sendo de 78% no caso dos homens.

Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 94% nunca frequentaram a escola e somente 1% concluíram o ensino primário.

A maior taxa de adesão escolar verifica-se no grupo etário dos 10 a 14 anos, onde 11% das crianças do sexo feminino frequenta a escola, o que reflecte a entrada tardia na escola da maioria das crianças rurais, sobretudo meninas.

FIGURA 9: Indicadores de escolaridade, por sexos



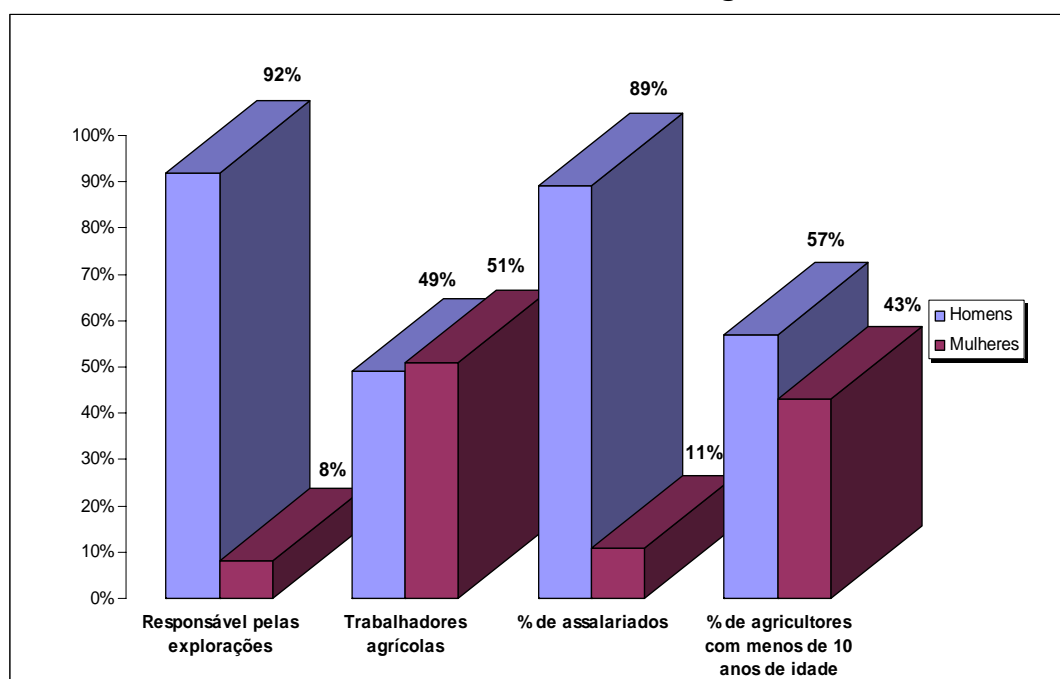
Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

9.2 Actividade económica e exploração da terra

De um total de 34 mil mulheres, 19 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo as que procura emprego pela 1ª vez, a população activa feminina é de 16 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego feminino de 16%, contra 21% no caso dos homens.

As 10 mil explorações agrícolas do distrito estão divididas em cerca de 32 mil parcelas, metade com menos de meio hectare e exploradas, em mais de metade dos casos, por mulheres. De reter, que 42% do total de agricultores são crianças menores de 10 anos de idade, de ambos os sexos, das quais 43% são raparigas.

FIGURA 10: Quota das mulheres no trabalho agrícola e remunerado



Fonte de dados: Instituto Nacional de Estatística, Censo agro-pecuário, 1999-2000

A distribuição das mulheres activas residentes de acordo com a posição no processo de trabalho e o sector de actividade é a seguinte:

- Cerca de 99% são trabalhadoras agrícolas, familiares ou por conta própria; e
- 1% são vendedoras ou empregadas do sector comercial formal e informal.

Nos sectores da educação e da saúde a situação de emprego da mulher é igualmente deficitária. Efectivamente, só 34% dos professores e 45% dos técnicos de saúde do distrito são profissionais femininas.

9.3 Governação

Ao nível do distrito tem-se privilegiado a coordenação das acções de algumas organizações



não governamentais, associações e sociedade civil, promovendo a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar.

Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

Ao nível do Governo Distrital, dos 47 funcionários existentes só 2 são senhoras, em geral em posições inferiores da carreira administrativa.

10 Actividade Económica

10.1 População economicamente activa

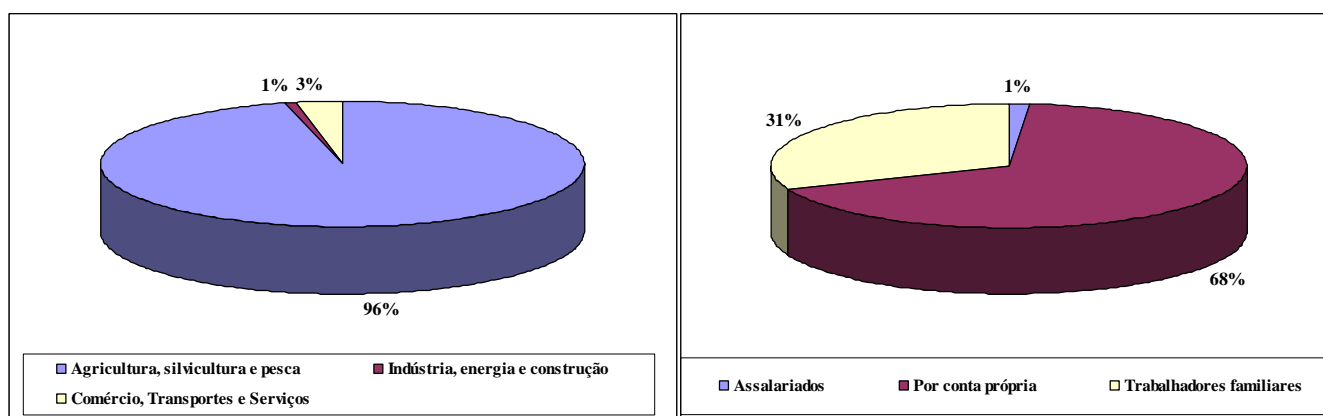
A estrutura etária da população reflecte uma relação de dependência económica aproximada de 1: 0.9, isto é, por cada 10 crianças ou anciões existem 9 pessoas em idade activa.

De um total de 62 mil habitantes, 32 mil estão em idade de trabalho (15 a 64 anos). Excluindo os que procuram emprego pela primeira vez, a população economicamente activa é de 27 mil pessoas, o que reflecte uma taxa implícita de desemprego de 18%.

Destes, 98% são trabalhadores familiares ou por conta própria, e na sua maioria mulheres. A percentagem de trabalhadores assalariados é somente de 2% da população activa e, de forma inversa, é dominada por homens (as mulheres assalariadas representam apenas 11% do total de assalariados).

A distribuição da população activa segundo o ramo de actividade reflecte a dominância do sector agrário, que ocupa 96% da mão-de-obra do distrito. Os sectores secundário e terciário ocupam, respectivamente, 1% e 3% dos trabalhadores, sendo dominados pela actividade de comércio formal e informal, que ocupa cerca de 2% do total de trabalhadores e 1% das mulheres activas do distrito.

FIGURA 11: População activa⁸, por ramo de actividade, 2005



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

⁸ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

TABELA 17: População activa⁹, por ramo de actividade, 2005

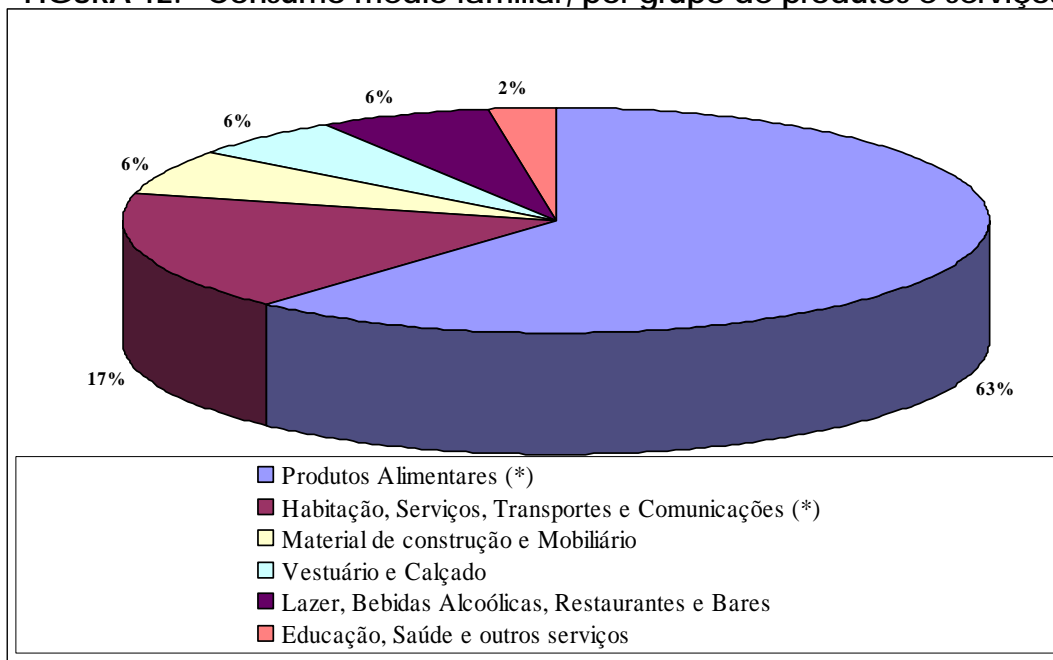
SECTORES DE ACTIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO						
		Assalariados			Sector Coop.	Por conta própria	Trabalhador familiar	Empresário Patrão
		Total	Estado	Empresas				
DISTRITO DE CHEMBA	26,680	1.4%	0.9%	0.5%	0.1%	67.3%	31.1%	0.1%
- Homens	10,732	1.3%	0.8%	0.5%	0.0%	25.7%	13.1%	0.0%
- Mulheres	15,948	0.2%	0.1%	0.0%	0.0%	41.5%	18.0%	0.0%
Agricultura, silvicultura e pesca	25,639	0.4%	0.2%	0.2%	0.1%	65.6%	30.0%	0.0%
Indústria, energia e construção	232	0.2%	0.0%	0.1%	0.0%	0.6%	0.1%	0.0%
Comércio, Transportes Serviços	808	0.9%	0.7%	0.2%	0.0%	1.2%	1.0%	0.0%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Dados do Censo de 1997.

10.2 Orçamento familiar

O distrito de Chemba tem um Índice de Incidência da Pobreza ¹⁰ estimado em cerca de 45% no ano de 2003¹¹. Com um nível médio mensal de receitas familiares de 42% em espécie, derivados do autoconsumo e da renda imputada pela posse de habitação própria, a população do distrito apresenta um padrão de consumo concentrado nos produtos alimentares (62%) e nos serviços de habitação, água, energia e combustíveis (17%).

FIGURA 12: Consumo médio familiar, por grupo de produtos e serviços



(*) Inclui o autoconsumo da produção agrícola e a imputação da renda por posse de habitação própria

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

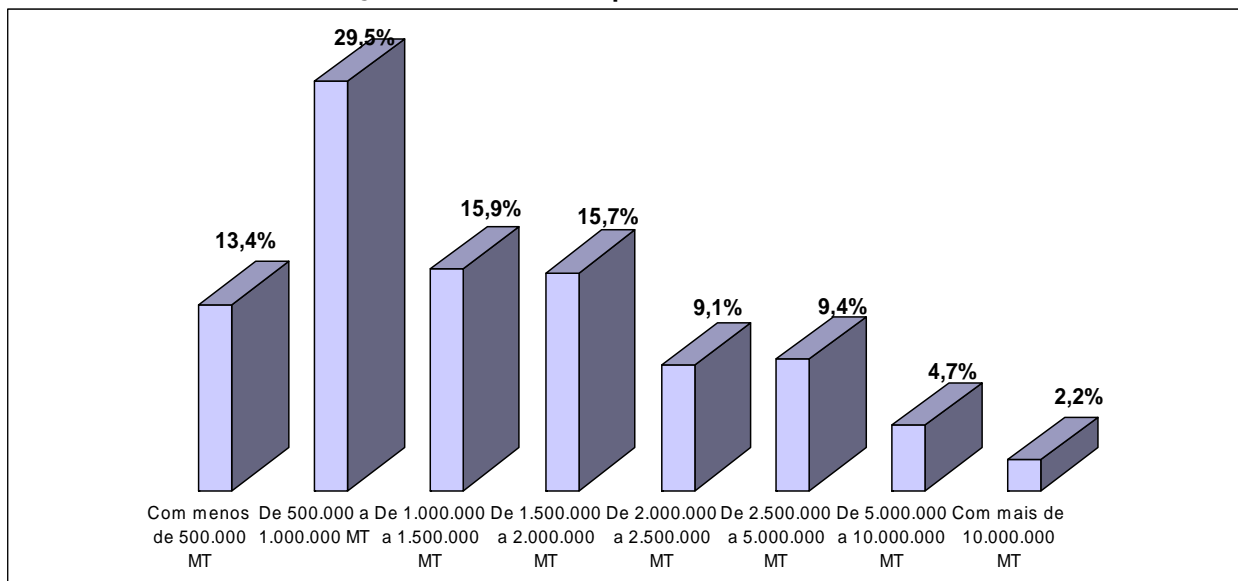
⁹ Com 15 anos ou mais, excluindo os que procuram emprego pela primeira vez.

¹⁰ O Índice de Incidência da Pobreza (*poverty headcount index*) é a proporção da população cujo consumo *per capita* está abaixo da linha da pobreza.

¹¹ Estimativa da *MÉTIER*, a partir de dados do Relatório sobre Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03), DNPO, Gabinete de Estudos do MPF.

Com variância significativa, a distribuição da receita familiar está concentrada nas classes baixas, com 60% dos agregados na faixa de rendimentos mensais inferiores a 1.500 contos.

FIGURA 13: Distribuição das famílias, por rendimento mensal



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, IAF - 2002/03.

10.3 Segurança alimentar e estratégias de sobrevivência



Este distrito é frequentemente alvo de calamidades naturais que afectam profundamente a vida social e económica da comunidade.

Estes desastres, associados à fraca produtividade agrícola, conduzem . de acordo com vários levantamentos efectuados por entidades credíveis¹² - a níveis de segurança alimentar de risco, estimando-se em 2 meses a média de reservas alimentares por agregado familiar de cereais e mandioca, o que coloca cerca de 5% da população do distrito, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável.

Efectivamente, dadas as tecnologias primárias utilizadas e, consequentemente, os baixos rendimentos das culturas, a colheita principal é, em geral, insuficiente para cobrir as necessidades de alimentos básicos, que só são satisfeitas com a ajuda alimentar, a segunda colheita, rendimentos não agrícolas ou outros mecanismos de sobrevivência.

Nos períodos de escassez, as famílias recorrem a uma diversidade de estratégias de sobrevivência que incluem a participação em programas de "comida pelo trabalho", a

¹² Nomeadamente, os Médicos sem fronteira.

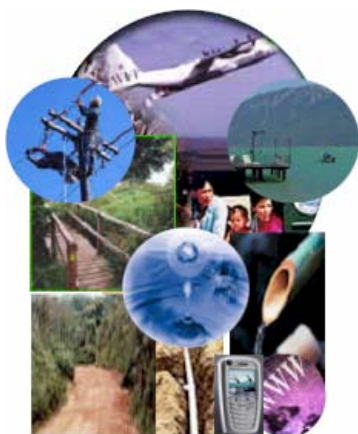
recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça.

As famílias com homens activos recorrem ao trabalho remunerado nas cidades mais próximas, já que as oportunidades de emprego no distrito são reduzidas, dado que a economia ter por base, essencialmente, as relações familiares.

Para atenuar os efeitos desta situação, as autoridades distritais e o MADER lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem incluindo sementes e culturas resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

As principais organizações que apoiam o distrito, sobretudo aquando de calamidades, são o PMA, o Departamento de Prevenção e Combate às Calamidades Naturais o Programa de Emergência de Sementes e Utensílios, a Save the Children e a Organização Rural de Ajuda Mútua, cuja actuação inclui a entrega de alimentos e a distribuição de sementes e de instrumentos agrícolas, no quadro de programas “*comida por trabalho*”.

10.4 Infra-estruturas de base



O distrito de Chemba possui 324 Km de **estradas** classificadas regionais que beneficiaram de obras de reabilitação durante o período em análise, a saber:

- EN 213 – Sena/Chemba – 39 Km
- EN 215 – Chemba/Nfumbe – 65Km
- EN 445 – Chemba/Chiramba- 75Km
- EN 446 – Chemba/Catulene – 120Km
- EN 447 – Catulene/Nhabatia – 25Km

Os trabalhos de reabilitação das vias de acesso foram levados a cabo pelas Empresas ECMEP-SOFALA e Centro de Formação de Chimoio-Manica, usando o critério de mão-de-obra local. Nalguns casos esse trabalho de manutenção das vias de acesso é levado a cabo pelas comunidades locais, no âmbito dos projectos de comida pelo trabalho.

O PMA desenvolveu trabalhos no âmbito de reabilitação de estradas através do sistema “Comida por trabalho”, tendo, ao abrigo deste programa, sido abertos 250 km de estradas.

A reabilitação de estradas secundárias e terciárias tem tido um impacto importante no desenvolvimento do distrito, permitindo o transporte da ajuda alimentar, o acesso a novas

terras para agricultura e a participação comunitária na reconstrução das infra-estruturas destruídas.

O distrito conta com um operador de **transportes semi-colectivos** que garante duas viagens semanais, servindo os trajectos Chemba-Beira e vice-versa. Para além deste transportador de longo curso existem várias carrinhas privadas que também fazem o transporte de cargas e passageiros, minimizando assim a demanda ao nível do distrito.

No distrito existe uma **cabina telefónica pública** pertença das TDM mas a ser gerida pela Administração do Distrito. Na Administração do Distrito, DDADR, AISPO, Sede Distrital do Partido Frelimo e PA's de Mulima e Chiramba funcionam as comunicações via rádio.

No distrito existe um pequeno sistema de **abastecimento de água** e 4 fontenários públicos, além do sistema de canalização existente nas residências que pertencem às instituições públicas (Saúde, Educação, Administração, etc.). Nos PA's e Localidades existem apenas furos e poços.

É de salientar que o principal problema nesta componente de abastecimento de água é o factor salinidade, pois grande parte dos furos e poços já abertos apresentam água salobre e, por conseguinte, imprópria para consumo.

Ao nível de todo o distrito existem 51 fontes de água e um pequeno sistema de captação e tratamento de água na Vila sede do distrito, a precisar de reabilitação. Das 51 fontes de água existentes, 45 estão operacionais e 6 avariadas, sendo a percentagem de cobertura de 57%.

Durante o período em análise foram abertos 5 furos e 12 poços novos e reabilitadas 6 fontes. O ACNUR/GTZ e a União Europeia/AISPO são as organizações a trabalhar no abastecimento de água no distrito, tendo organizado estágios de manutenção beneficiando autoridades distritais e membros da comunidade.

De acordo com os dados do Censo de 1997, menos de 1% da população total do distrito é que tem acesso a **luz eléctrica**. Existe um gerador com capacidade para fornecer energia eléctrica à Vila-Sede do distrito. Importa salientar, porém, que o custo para garantir a sua operacionalidade é bastante elevado, sobretudo o custo dos combustíveis, já que no distrito não existem bombas de abastecimento e o distrito dista cerca de 550 Km da cidade da Beira.

Nos PA's não existe energia, apenas os Postos de Saúde recebem energia através de painéis solares que só conseguem alimentar um número reduzido de lâmpadas.

Apesar dos esforços realizados, importa reter que o estado geral de conservação e manutenção das infra-estruturas não é suficiente, sendo de realçar a rede de bombas de água a necessitar de manutenção, bem como a rede de estradas e pontes que, na época das chuvas, tem problemas de transitibilidade.

10.5 Agricultura e Desenvolvimento Rural

A agricultura é a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares.

10.5.1 Zonas agro-ecológicas



Os solos são predominantemente arenosos na costa oceânica e no interior, encontrando-se também extractos de solos hidromórficos (vulgo machongos). Com maior predominância o distrito possui solos aluvionares, formados sobre influência dos rios Incomáti e Munhuane.

A produção agrícola no distrito, como na maioria das restantes regiões do País, é feita em condições de sequeiro, uma vez que as condições climáticas possibilitam apenas uma colheita por ano (época quente e chuvosa), e estas colheitas nem sempre são bem sucedidas em todas as regiões agro-ecológicas.

O risco é dependente, por um lado, da regularidade e quantidade das quedas pluviométricas, e por outro, da capacidade de retenção e armazenamento da água (humidade) durante o período de crescimento das plantas, esta última, está fortemente relacionada com a natureza da textura dominante dos solos.

Abrangendo a região contígua ao Vale do Zambeze, este distrito é domiado por solos residuais de textura variável, profundos a muito profundos, localmente pouco profundos, castanhos-avermelhados, sendo ainda ligeiramente lixiviados, excessivamente drenados ou moderadamente bem drenados e, por vezes, localmente mal drenados. Ocorrem ainda, solos aluvionares e hidromórficos ao longo das linhas de drenagem natural associados aos dambos.

São de realçar os solos aluvionares que ocorrem ao longo da planície do rio Zambeze, onde ocorrem solos hidromórficos orgânicos também conhecidos como

Machongos. Tratam-se de terras húmidas, baixas e depressões permanente ou sazonalmente húmidas, evidenciando condições de grande valor agrícola.

10.5.2 Infra-estruturas e equipamento

É na faixa do distrito ao longo do rio Zambeze, que é possível fazer agricultura irrigada, com recurso a meios mecânicos de propulsão. Mais para o interior do distrito, existem algumas terras onde é possível utilizar pequenos sistemas de rega para produção agrícola, desde que haja investimento para a construção de sistemas de armazenamento de água.

Este distrito possui cerca de 200 hectares de regadios não operacionais por avarias de equipamentos e destituições causadas pelas cheias. Está em curso um plano para a sua reabilitação, mas a capacidade financeira dos proprietários e utentes é um entrave à sua célere implementação.

Foto 1: Regadio de Lambane



Fotos: Regadio de Lambane - Sistema de comportas e manilhas abandonados ou não instalados nas obras de arte do regadio, infraestruturas que ainda existem no local (área minada). A lagoa Nhangona que aparentemente tem água todo o ano. Parte da tubagem (lusalite) para o transporte de água (conduta) a partir da captação até aos ramais de distribuição. O local está minado sendo o acesso ao regadio limitado.

Fonte de dados: Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, Levantamento dos Regadios na Zona Centro - Fase 3, Volume I, Relatório Final, Junho 2002

Existem, ainda, pequenas infra-estruturas de rega com capacidade para fazer irrigação de superfície e algumas represas.

10.5.3 Produção agrícola e sistemas de cultivo

De um modo geral, a agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais.

A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem sucedida, uma vez que o risco de perda das colheitas é alto, dada a baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas.

O sistema de produção mais dominante compreende mapira/mexoeira. O milho é produzido em consociação com feijão nhemba em solos com boas capacidades de retenção de humidade e em micro-climas específicos. Observa-se ainda o domínio de criação do gado caprino bovino e aves. Algumas famílias empregam métodos tradicionais de fertilização dos solos como o pousio das terras, a incorporação no solo de restolhos de plantas, estrume ou cinzas. Para além das questões climáticas, os principais constrangimentos à produção são as pragas, a seca, a falta ou insuficiência de sementes e pesticidas.

As cheias que assolaram o distrito em 2000/01 foram devastadoras, levando a perdas significativas na campanha agrícola e afectando grande parte da população do distrito. Somente em 2003, após o período de seca e estiagem que se seguiu e a reabilitação de algumas infra-estruturas, se reiniciou timidamente a exploração agrícola do distrito e a recuperação dos níveis de produção.

TABELA 18: Produção agrícola, por principais culturas: 2000-2003

Principais Culturas	Campanha 2000/2001		Campanha 2001/2002		Campanha 2002/2003	
	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)	Área (ha) Semeada	Produção (Toneladas)
Milho	5.750	2.300	7.977	5.961	9.274	8.254
Arroz	1.750	1.429	2.376	1.944	2.728	2.150
Mapira	3.100	1.631	5.993	3.535	6.271	3.763
Amendoim	1.000	342	1.662	597	1.561	703
Mandioca	1.885	9.342	2.566	15.511	2.694	16.163
Feijões	695	250	1.059	427	1.225	551
Batata Doce	257	850	357	1.226	375	1.875
Hortícolas	257	1.750	6.570	23.132	540	1.350
Total	14.694	18.244	28.560	52.898	24.668	35.593

Fonte: Administração do Distrito e Direcção Provincial de Agricultura

Chemba



10.5.4 Pecuária



O fomento pecuário no distrito tem sido fraco. Há condições para o desenvolvimento da pecuária, sendo as doenças e a falta de fundos e de serviços de extensão, os principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Os animais domésticos mais importantes para o consumo familiar são as galinhas, os patos e os cabritos, enquanto que, para a comercialização, são os bois, os cabritos, os porcos e as ovelhas.

10.5.5 Pescas, Florestas e Fauna bravia

O distrito debate-se com problemas de desflorestamento. A lenha é o principal combustível doméstico. Existem comunidades, principalmente as que residem na vila sede, que chegam a percorrer mais de 4 km até à fonte mais próxima.

No distrito de Chemba, a madeira, principalmente estacas, é usada na construção de habitações, juntamente com o capim e o caniço, e na fabricação de ferramentas.

O distrito possui maçanqueiras, embondeiros, bananeiras, mangueiras e macieiras. Como limitantes à produção de árvores de fruta citam-se a falta de sementes, a insuficiente qualidade e quantidade da terra e a seca.

Os produtos das árvores são consumidos e comercializados localmente. Os produtos frutícolas (maçanicas e bondas) são usados para o fabrico de bebidas alcoólicas caseiras e papas, respectivamente.

A caça tem alguma importância como suplemento da dieta alimentar das famílias, sendo também comercializada. As populações praticam a pesca artesanal no rio Zambeze para o reforço da dieta alimentar.

As espécies de fauna bravia que ainda existem no distrito são, os cudos, antílopes, gazelas, macacos, hipopótamos e javalis. Os ataques de animais (hipopótamos, elefantes, crocodilos e leões) têm causado vários danos nas comunidades locais.

10.6 Indústria, Comércio e Serviços

A pequena indústria local (pesca, carpintaria e artesanato) surge como alternativa à actividade agrícola, ou prolongamento da sua actividade. Existem algumas

moageiras, carpintarias e latoarias. Importa realçar que a Carpintaria e a Padaria foram erguidas com financiamento do FARE, e a Latoaria foi financiada no âmbito dos Programas do INAS. Em média, o número de trabalhadores empregados nestas unidades de produção varia de 3 a 6 pessoas.

A rede formal do comércio é bastante exígua no distrito. Existem 3 lojas e 2 moageiras (inoperacionais). Por iniciativa da comunidade, está em curso o fabrico de tijolos para venda, o que poderá incentivar a construção de infra-estruturas.

O distrito de Chemba possui alguma potencialidade para a prática de actividades turísticas. A título de exemplo podemos citar a existência de elefantes ocupando vastas áreas, e uma Lagoa com muitos crocodilos e hipopótamos. O principal problema é a falta de recursos materiais e financeiros que possam garantir a materialização de alguns projectos concretos.

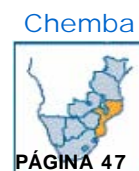
O distrito não possui nenhum sistema formal de crédito implantado e não está representada em Chemba nenhuma instituição bancária.

Anexo: Autoridade Comunitária no Distrito de Chemba

(Fonte de dados: Direcção Nacional da Administração Local)

Nº	Nome completo	Designação Local de Aut. Comunitária	Sexo	Área de Jurisdição			Data de Reconhecimento
				Posto Administrativo	Localidade	Bairro/Regulad o	
1	Elísio Singano Tomás	Régulo	M	Chemba-sede	Sede	Chave	2004
2	Augusto J. Mulima	Régulo	M	Mulima	Sede	Thentha	17/07/2002
3	Limpeza Chazemba	Régulo	M	Chiramba	Sede	Senhabúzua	19/07/2002
4	Taiamanja N. Mbirire	Régulo	M	Mulima	Sede	Phote	28/08/2002
5	Félix Nhampeza N'susso	Régulo	M	Chemba-sede	3 de Fevereiro	N'susso	13/08/2002
6	Manuel L. Calamo	Régulo	M	Chemba-sede	3 de Fevereiro	Calamo	14/08/2002
7	Valium Carlos Ndango	Régulo	M	Chemba	Sede	Nkueza	15/08/2002
8	Dezemata Cado a)	Régulo	M	Mulima	Goé	Nhacatondo	16/08/2002
9	Waete Gimo Sossoto	Régulo	M	Mulima	Goé	Bandali	11/09/2002
10	Jeremias Vontade	Régulo	M	Chiramba	Catulene	Catulene	12/09/2002
11	José Raúl Cabinho	Régulo	M	Chiramba	Sede	Chimbue	13/09/2002
12	João Jemuce Grupira	Sec. Bairro	M	Chemba	Sede	1ºBairro-sede	10/10/2002
13	José Jone	Sec. Bairro	M	Chemba	Sede	2ºBairro-sede	08/10/2002
14	Julae A. Cukarakuvana	Sec.Bairro	M	Chemba	Sede	3ºBairro-sede	09/10/2002

a) Falecido, ainda não foi substituído.



Documentação consultada

- Administração do Distrito, *Balanço de Actividades Quinquenal para a 4ª Reunião Nacional*, 2004.
- Administração do Distrito, *Perfil Distrital em resposta à metodologia da MÉTIER*, 2004.
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Balanço Quinquenal do Sector Agrário da Província de Sofala*, Maio 2004.
- Direcção de Agricultura da Província de Sofala, *Plano de Desenvolvimento do Sector Agrário da Província de Sofala*, 2002.
- Direcção Provincial da Educação de Sofala, *Relatório de Actividades*, 2004.
- Direcção Provincial de Saúde de Sofala, *Relatório de Actividades*, 2004.
- District Development Mapping Project, *Perfil Distrital*, 1995.
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico da Província de Sofala*, 2001.
- Instituto Nacional de Estatística, *Anuários Estatísticos, 2000 a 2003*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Censo agro-pecuário, 1999-2000*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Inquérito às Receitas e Despesas dos Agregados Familiares, 2003 e 1997*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Dados do Recenseamento da População de 1997*.
- Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas Sociais e Demográficas*, CD, 2004.
- J. du Toit, *Provincial Characteristics of South Africa*, 2002.
- Lourenço Rodrigues, MSc, *Experiência de Planificação Distrital de Alto Molocué*, 1986.
- MÉTIER,Lda, *Folhas Informativas dos 33 Municípios, 2000 e 1997*.
- MÉTIER,Lda, *Moçambique: Crescimento e Reformas*, 2003..
- MÉTIER,Lda, *Perfil de Descentralização de Moçambique*, 2004.
- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Hidráulica Agrícola, *Levantamento dos Regadios, Relatório Final, Junho 2002*.
- Ministério da Educação, *Estatísticas Escolares, 2000 a 2003*.
- Ministério da Saúde, Direcção de Planificação e Cooperação, *Perfil*

Estatístico Sanitário da Província de Sofala, 2004.

Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Administração Estatal, *Orientações para a elaboração dos Planos Distrais de Desenvolvimento, 1998.*

Ministério do Plano e Finanças, *Balanço do Plano Económico e Social de 2003, 2004.*

Ministério do Plano e Finanças, Gabinete de Estudos, DNPO, *Relatório sobre Pobreza e Bem-estar em Moçambique: 2ª Avaliação Nacional (2002-03).*

Ministério do Plano e Finanças, *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (2001-2005), Conselho de Ministros, 2001.*

UN System, *Mozambique Common Country Assessment, 2000.*

UN System, *Mozambique – Millennium Development Goals, 2002.*

UNDAF, *Mozambique - Development assistance Framework, 2002-2006.*

UNDP, *Governance and local development, 2004.*

UNDP, *Poverty and Gender, 2004.*

UNDP, *Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano, 1998 a 2001.*

UNDP, *Rural Regions: Overcoming development Disparities, 2003.*

UNDP, *Sustained local development, Senegal, 2004.*

Unidade de Coordenação do Desenvolvimento Integrado de Nampula, *Brochura Distrital e Municipal, 2003.*

Ville de Gatineau, Canadá, *Profil Economique, 2004.*

World Bank, *Poverty Monitoring Toolkit, 2004.*

World Bank, *Social Analysis Sourcebook, 2003.*

Série: Perfis Distritais
Edição: 2005

Editor: Ministério da Administração Estatal
Coordenação: Direcção Nacional da Administração Local
Copyright © Ministério da Administração Estatal
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.govnet.gov.mz/>

Assistência técnica: MÉTIER – Consultoria & Desenvolvimento, Lda
Um resumo desta publicação está disponível na Internet em <http://www.metier.co.mz>
Copyright © MÉTIER, Lda



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL

Série “Perfis Distritais de Moçambique”

Edição 2005